

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	91
--	----

Motivos de Reapresentação	93
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	381.587
Preferenciais	744.015
Total	1.125.602
Em Tesouraria	
Ordinárias	251
Preferenciais	2.081
Total	2.332

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	57.533.563	55.044.747
1.01	Ativo Circulante	6.478.241	4.775.480
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.822.146	826.902
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	1.519	17.969
1.01.01.02	Aplicações financeiras	2.820.627	808.933
1.01.03	Contas a Receber	2.360.864	2.286.636
1.01.03.01	Clientes	2.360.864	2.286.636
1.01.04	Estoques	26.816	31.836
1.01.06	Tributos a Recuperar	702.354	1.130.761
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	702.354	1.130.761
1.01.07	Despesas Antecipadas	52.226	37.705
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	513.835	461.640
1.01.08.03	Outros	513.835	461.640
1.01.08.03.01	Creditos com pessoas ligadas	214.471	190.333
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	13	674
1.01.08.03.04	Dividendos e JSCP	203.438	172.679
1.01.08.03.05	Outros ativos	95.913	97.954
1.02	Ativo Não Circulante	51.055.322	50.269.267
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.877.980	3.766.469
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	14.755	18.290
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	55.101	37.068
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	1.555	1.592
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	36.315	16.862
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	17.231	18.614
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.808.124	3.711.111
1.02.01.09.04	Depositos judiciais	3.112.589	2.815.964
1.02.01.09.05	Operações com derivativos	57.933	35.142
1.02.01.09.06	Tributos a recuperar	562.470	787.852
1.02.01.09.08	Outros ativos	75.132	72.153
1.02.02	Investimentos	21.469.845	20.245.883
1.02.02.01	Participações Societárias	21.469.845	20.245.883
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.120.563	9.884.647
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	116.864	116.801
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	10.232.418	10.244.435
1.02.03	Imobilizado	9.749.747	9.691.517
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.157.708	9.105.857
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	592.039	585.660
1.02.04	Intangível	15.957.750	16.565.398

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	57.533.563	55.044.747
2.01	Passivo Circulante	5.635.117	6.398.178
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	239.888	244.438
2.01.01.01	Obrigações Sociais	134.089	95.222
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	105.799	149.216
2.01.02	Fornecedores	1.979.080	2.396.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.978.807	2.396.636
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	273	351
2.01.03	Obrigações Fiscais	503.349	700.187
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	74.698	107.123
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	74.698	107.123
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	425.298	588.631
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.353	4.433
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	558.953	979.523
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	417.619	510.899
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	411.434	505.083
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.185	5.816
2.01.04.02	Debêntures	141.334	468.624
2.01.05	Outras Obrigações	2.035.129	1.789.906
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	99.438	138.900
2.01.05.02	Outros	1.935.691	1.651.006
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.292.946	972.986
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	9.810	10.960
2.01.05.02.05	Receita diferida	70.110	84.956
2.01.05.02.07	Outras obrigações	216.788	235.708
2.01.05.02.08	Grupamento de frações de ações	346.037	346.396
2.01.06	Provisões	318.718	287.137
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	318.718	287.137
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.642	38.642
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	280.076	248.495
2.02	Passivo Não Circulante	7.555.118	5.320.852
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.806.543	2.065.590
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.004.450	1.277.783
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	681.373	987.367
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	323.077	290.416
2.02.01.02	Debêntures	2.802.093	787.807
2.02.02	Outras Obrigações	68.868	90.711
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.890	5.119
2.02.02.02	Outros	64.978	85.592
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	3.669	13.382
2.02.02.02.04	Impostos taxas e contribuições	30.640	32.390
2.02.02.02.05	Outras obrigações	30.669	39.820
2.02.03	Tributos Diferidos	1.041.686	788.954
2.02.04	Provisões	2.593.233	2.336.981
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.593.233	2.336.981
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.314.347	1.146.930

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	434.666	386.843
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	307.267	291.178
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	266.741	242.328
2.02.04.01.05	Passivo contingente	256.742	256.044
2.02.04.01.06	Provisão para desmantelamento	13.470	13.658
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	44.788	38.616
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	44.788	38.616
2.03	Patrimônio Líquido	44.343.328	43.325.717
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.689.736
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-112.107	-79.339
2.03.02.07	Premio na aquisição de participação de não controladores	-70.448	-29.929
2.03.02.08	Outras reservas de capital	2.799.004	2.799.004
2.03.04	Reservas de Lucros	877.322	877.322
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.038.423	1.953.029
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	13.024	7.520

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.188.718	9.634.159	3.829.196	11.281.085
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.008.046	-5.721.941	-2.408.667	-6.716.186
3.03	Resultado Bruto	1.180.672	3.912.218	1.420.529	4.564.899
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-163.547	-612.545	-330.077	-1.391.723
3.04.01	Despesas com Vendas	-747.439	-2.344.813	-744.369	-2.226.401
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-154.182	-529.718	-166.459	-444.796
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	77.389	227.262	91.384	375.169
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-154.758	-401.310	-110.948	-314.662
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	815.443	2.436.034	600.315	1.218.967
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.017.125	3.299.673	1.090.452	3.173.176
3.06	Resultado Financeiro	-28.180	-75.662	-21.158	-32.155
3.06.01	Receitas Financeiras	99.097	398.637	182.401	407.360
3.06.02	Despesas Financeiras	-127.277	-474.299	-203.559	-439.515
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	988.945	3.224.011	1.069.294	3.141.021
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.187	-244.688	261.805	-247.621
3.08.01	Corrente	-53.187	-244.688	261.805	-247.621
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	935.758	2.979.323	1.331.099	2.893.400
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	935.758	2.979.323	1.331.099	2.893.400
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,78000	2,49000	1,13000	3,15000
3.99.01.02	PN	0,86000	2,74000	1,24000	3,46000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	935.758	2.979.323	1.331.099	2.893.400
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.375	5.504	-1.411	875
4.02.01	Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda, líquido de impostos	3.746	-3.815	-6.653	-5.279
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	1.730	4.271	5.242	6.154
4.02.04	Participação no resultado abrangente das subsidiárias	7.899	5.048	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	949.133	2.984.827	1.329.688	2.894.275

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.858.183	2.357.499
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.316.862	3.666.913
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	3.224.011	3.141.021
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	1.970.491	1.431.705
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	4.424	38.152
6.01.01.04	Variações monetárias	-10.723	-47.836
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-2.436.034	-1.218.967
6.01.01.06	(Lucro) prejuizo na baixa de bens	12.059	-82.238
6.01.01.07	Provisões para redução ao valor recuperavel	211.155	229.249
6.01.01.08	Pensão e outros beneficios pos emprego	-3.517	-8.514
6.01.01.09	Provisões tributarias, trabalhistas, regulatorias e civeis	167.386	49.819
6.01.01.10	Despesas de juros	184.055	122.651
6.01.01.11	Provisão para desmobilização	-188	146
6.01.01.13	Outros	-6.257	11.725
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-458.679	-1.309.414
6.01.02.01	Contas a receber, liquidas	-285.383	-477.292
6.01.02.02	Estoques	5.020	1.768
6.01.02.03	Outros ativos circulantes	328.933	-4.924
6.01.02.04	Outros ativos não circulantes	80.700	-228.276
6.01.02.05	Pessoal, encargos e beneficios sociais	-4.550	-8.037
6.01.02.06	Fornecedores	-197.941	172.739
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-123.265	109.501
6.01.02.08	Outros passivos circulantes	-91.294	-186.134
6.01.02.09	Outros passivos não circulantes	-11.035	13.005
6.01.02.10	Juros pagos	-150.380	-123.691
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-9.484	-578.073
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-461.576	-1.638.464
6.02.01	Aquisições de imobilizado e intangivel liquido de doações	-1.659.981	-1.762.790
6.02.02	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	6.274	124.326
6.02.03	Caixa recebido na venda de investimento	7.551	0
6.02.04	Dividendos e JSCP recebidos	1.208.218	0
6.02.07	Aumento de capital de subsidiarias	-23.638	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-401.363	-683.311
6.03.01	Pagamento de empréstimos, financiamento e debentures	-742.766	-1.046.057
6.03.02	Captção de empréstimos e debentures	2.000.000	1.924.613
6.03.03	Pagamento liquido dos contratos de derivativos	-7.944	41.058
6.03.04	Aquisição de participação de não controladores	-44.172	-33.850
6.03.05	Recompra de ações me tesouraria	-32.768	-44.369
6.03.06	Dividendos e JSCP sobre capital proprio pagos	-1.573.713	-1.524.706
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.995.244	35.724
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	826.902	1.089.089
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.822.146	1.124.813

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-73.287	0	-1.893.929	0	-1.967.216
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-32.768	0	0	0	-32.768
5.04.08	Dividendo adicional proposto do exercicio de 2011	0	0	0	-1.953.029	0	-1.953.029
5.04.09	Dividendo e JSCP prescritos, liquido de impostos	0	0	0	62.340	0	62.340
5.04.10	Direito de recesso aos acionistas devido a incorporação da Vivo	0	0	0	-3.240	0	-3.240
5.04.11	Participação dos acionistas não controladores	0	-40.519	0	0	0	-40.519
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.979.323	5.504	2.984.827
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.979.323	0	2.979.323
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.504	5.504
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	877.322	3.038.423	13.024	44.343.328

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.706.988	659.556	1.316.997	5.292	42.486.943
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.706.988	659.556	1.316.997	5.292	42.486.943
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-17.252	217.766	-782.889	0	-582.375
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-17.252	0	0	0	-17.252
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-617.000	0	-617.000
5.04.08	Reserva legal	0	0	217.766	-217.766	0	0
5.04.09	Dividendos e JSCP prescristos, liquido de impostos	0	0	0	51.877	0	51.877
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.418.921	2.228	1.421.149
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.461.918	0	1.461.918
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-42.997	2.228	-40.769
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	12.850.875	15.447.538
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.868.683	15.448.579
7.01.02	Outras Receitas	193.347	228.208
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-211.155	-229.249
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.661.059	-6.787.633
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.937.051	-5.071.684
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.753.378	-1.819.347
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	29.370	103.398
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.189.816	8.659.905
7.04	Retenções	-1.970.491	-1.431.705
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.970.491	-1.431.705
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.219.325	7.228.200
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.834.672	1.626.327
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.436.034	1.218.967
7.06.02	Receitas Financeiras	398.638	407.360
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.053.997	8.854.527
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.053.997	8.854.527
7.08.01	Pessoal	627.877	604.985
7.08.01.01	Remuneração Direta	406.712	402.409
7.08.01.02	Benefícios	162.900	162.166
7.08.01.03	F.G.T.S.	58.265	40.410
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.594.480	4.426.197
7.08.02.01	Federais	1.057.842	1.172.818
7.08.02.02	Estaduais	2.491.544	3.218.375
7.08.02.03	Municipais	45.094	35.004
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	545.101	748.415
7.08.03.01	Juros	472.996	436.984
7.08.03.02	Aluguéis	72.105	311.431
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.979.323	2.893.400
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	1.250.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.979.323	1.643.400
7.08.05	Outros	307.216	181.530

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	68.661.808	65.489.973
1.01	Ativo Circulante	15.938.965	11.810.118
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.739.949	2.940.342
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	32.713	77.404
1.01.01.02	Aplicações financeiras	6.707.236	2.862.938
1.01.03	Contas a Receber	5.196.648	5.105.860
1.01.03.01	Clientes	5.196.648	5.105.860
1.01.04	Estoques	463.750	471.721
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.095.266	2.495.066
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.095.266	2.495.066
1.01.07	Despesas Antecipadas	424.129	255.056
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.019.223	542.073
1.01.08.03	Outros	1.019.223	542.073
1.01.08.03.01	Creditos com pessoas ligadas	34.757	40.285
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	1.728	1.840
1.01.08.03.03	Depositos judiciais	217.401	116.421
1.01.08.03.05	Outros ativos	765.337	383.527
1.02	Ativo Não Circulante	52.722.843	53.679.855
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.418.226	6.434.416
1.02.01.03	Contas a Receber	86.852	84.855
1.02.01.03.01	Clientes	86.852	84.855
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.136.618	1.428.878
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.136.618	1.428.878
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	38.897	32.138
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18.793	20.214
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	1.562	1.599
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	17.231	18.615
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.137.066	4.868.331
1.02.01.09.04	depositos judiciais	3.853.438	3.400.244
1.02.01.09.05	Operações com derivativos	316.563	225.935
1.02.01.09.06	Tributos a recuperar	756.355	1.014.959
1.02.01.09.07	Aplicações financeiras em garantia	83.817	99.114
1.02.01.09.08	Outros ativos	126.893	128.079
1.02.02	Investimentos	23.438	37.835
1.02.02.01	Participações Societárias	23.438	37.835
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	23.438	37.835
1.02.03	Imobilizado	17.002.462	17.153.920
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.018.494	15.825.061
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	983.968	1.328.859
1.02.04	Intangível	29.278.717	30.053.684

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	68.661.808	65.489.973
2.01	Passivo Circulante	11.957.790	12.740.263
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	465.395	495.624
2.01.01.01	Obrigações Sociais	300.937	223.359
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	164.458	272.265
2.01.02	Fornecedores	4.754.320	6.037.315
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.744.016	6.035.426
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	10.304	1.889
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.729.890	1.691.991
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	645.105	438.675
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	325.085	129.610
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	320.020	309.065
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.067.288	1.205.613
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	17.497	47.703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.059.494	1.457.037
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	918.160	988.413
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	879.050	951.795
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	39.110	36.618
2.01.04.02	Debêntures	141.334	468.624
2.01.05	Outras Obrigações	3.487.778	2.641.983
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	35.996	66.490
2.01.05.02	Outros	3.451.782	2.575.493
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.292.946	972.986
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	31.676	51.162
2.01.05.02.05	Receita diferida	1.338.027	761.268
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	399.539	400.124
2.01.05.02.08	Grupamento de frações de ações	389.594	389.953
2.01.06	Provisões	460.913	416.313
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	460.913	416.313
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	20.723	23.302
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	77.982	74.430
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	362.208	318.581
2.02	Passivo Não Circulante	12.360.690	9.418.925
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.067.514	4.746.922
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.265.421	3.959.115
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.748.228	3.007.440
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.517.193	951.675
2.02.01.02	Debêntures	2.802.093	787.807
2.02.02	Outras Obrigações	550.066	579.698
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.880	4.976
2.02.02.02	Outros	546.186	574.722
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	41.854	78.369
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	471.535	433.071
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	32.797	63.282
2.02.03	Tributos Diferidos	1.041.686	788.954
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.041.686	788.954

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04	Provisões	3.566.217	3.147.085
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.566.217	3.147.085
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.898.651	1.583.433
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	510.494	451.780
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	327.809	308.893
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	387.452	346.122
2.02.04.01.05	Passivo contingente	256.742	256.044
2.02.04.01.06	Provisões para desmantelamento	185.069	200.813
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	135.207	156.266
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	135.207	156.266
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	44.343.328	43.330.785
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.616.449	2.689.736
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-112.107	-79.339
2.03.02.07	Premio na participação de aquisição de não controladores	-70.448	-29.929
2.03.02.09	Outras reservas de capital	2.799.004	2.799.004
2.03.04	Reservas de Lucros	877.322	877.322
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.038.423	1.953.029
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	13.024	7.520
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	5.068

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.463.273	25.021.083	8.293.064	20.528.645
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.156.154	-12.238.988	-4.253.347	-10.750.322
3.03	Resultado Bruto	4.307.119	12.782.095	4.039.717	9.778.323
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.781.040	-7.986.494	-2.620.569	-5.966.280
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.234.326	-6.573.045	-2.112.957	-4.911.855
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-496.635	-1.604.454	-519.990	-1.177.473
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	185.445	925.684	198.470	640.495
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-235.524	-734.679	-186.092	-517.447
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.526.079	4.795.601	1.419.148	3.812.043
3.06	Resultado Financeiro	-36.110	-165.593	-40.673	-46.186
3.06.01	Receitas Financeiras	212.875	832.324	382.143	807.733
3.06.02	Despesas Financeiras	-248.985	-997.917	-422.816	-853.919
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.489.969	4.630.008	1.378.475	3.765.857
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-554.188	-1.652.077	-46.256	-865.931
3.08.01	Corrente	-554.188	-1.652.077	-46.256	-865.931
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	935.781	2.977.931	1.332.219	2.899.926
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	935.781	2.977.931	1.332.219	2.899.926
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	935.758	2.979.323	1.331.099	2.893.400
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	23	-1.392	1.120	6.526
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,78000	2,49000	1,13000	3,15000
3.99.01.02	PN	0,86000	2,74000	1,24000	3,46000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	935.781	2.977.931	1.332.219	2.899.926
4.02	Outros Resultados Abrangentes	13.375	5.504	-1.411	875
4.02.01	Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda, líquido de impostos	3.746	-3.815	-6.653	-5.279
4.02.02	Ganhos (perdas) operações de derivativos, líquido de impostos	7.899	5.048	0	0
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	1.730	4.271	5.242	6.154
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	949.156	2.983.435	1.330.808	2.900.801
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	949.133	2.984.827	1.329.688	2.894.275
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	23	-1.392	1.120	6.526

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.820.376	5.481.665
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.474.151	7.764.397
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	4.630.008	3.765.857
6.01.01.02	Depreciação e amortização	4.055.797	3.263.737
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	5.226	51.344
6.01.01.04	Variações monetárias	-12.453	-46.099
6.01.01.06	(Lucro) prejuízo na baixa de bens	-411.949	-105.227
6.01.01.07	Provisão para redução ao valor recuperável	507.740	369.073
6.01.01.08	Pensão e outros benefícios pos emprego	-10.193	-10.458
6.01.01.09	Provisões tributárias, trabalhistas, regulatórias e cíveis	302.537	104.647
6.01.01.10	Despesas de juros	387.693	285.420
6.01.01.11	Provisão para desmobilização	-6.969	-485
6.01.01.12	Provisão de programas de fidelização	13.505	5.854
6.01.01.13	Outros	13.209	80.734
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.653.775	-2.282.732
6.01.02.01	Contas a recuperar, líquidas	-600.522	-709.458
6.01.02.02	Estoques	-9.319	-83.294
6.01.02.03	Outros ativos circulantes	255.480	167.864
6.01.02.04	Outros ativos não circulantes	22.069	-55.830
6.01.02.05	Pessoal, encargo e benefícios sociais	-30.230	19.419
6.01.02.06	Fornecedores	-859.156	-177.555
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-70.468	174.923
6.01.02.08	Outros passivos circulantes	-106.141	-240.832
6.01.02.09	Outros passivos não circulantes	-65.812	-2.404
6.01.02.10	Juros pagos	-321.332	-343.439
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-868.344	-1.032.126
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.082.853	-750.937
6.02.01	Aquisições de imobilizado e intangível líquido de doações	-3.695.044	-2.938.740
6.02.02	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	596.993	173.810
6.02.03	Caixa recebido na venda de investimento	10.069	0
6.02.04	Dividendos e JSCP recebidos	5.129	0
6.02.05	Caixa e equivalente de caixa por consolidação de sociedade	0	31.095
6.02.06	Caixa e equivalente de caixa por combinação de negócios	0	1.982.898
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	62.084	-3.153.893
6.03.01	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debentures	-1.061.553	-1.234.277
6.03.02	Captção de empréstimos e debentures	2.815.302	758.908
6.03.03	Pagamento líquido dos contratos de derivativos	-41.012	39.273
6.03.04	Aquisição de participação de não controladores	-44.172	-33.850
6.03.05	Recuperação de ações em tesouraria	-32.768	-44.369
6.03.06	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-1.573.713	-2.639.578
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.799.607	1.576.835
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.940.342	1.556.715
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	6.739.949	3.133.550

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-73.287	0	-1.893.929	0	-1.967.216	-3.676	-1.970.892
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-32.768	0	0	0	-32.768	0	-32.768
5.04.08	Dividendo adicional proposto do exercício de 2011	0	0	0	-1.953.029	0	-1.953.029	0	-1.953.029
5.04.09	Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, líquido de impostos	0	0	0	62.340	0	62.340	0	62.340
5.04.10	Direito de recesso aos acionistas devido a incorporação da Vivo	0	0	0	-3.240	0	-3.240	-23	-3.263
5.04.11	Participação dos acionistas não controladores	0	-40.519	0	0	0	-40.519	-3.653	-44.172
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.979.323	5.504	2.984.827	-1.392	2.983.435
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.979.323	0	2.979.323	-1.392	2.977.931
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.504	5.504	0	5.504
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.616.449	877.322	3.038.423	13.024	44.343.328	0	44.343.328

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.706.988	659.556	1.316.997	5.292	42.486.943	4.713	42.491.656
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.706.988	659.556	1.316.997	5.292	42.486.943	4.713	42.491.656
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-17.252	217.766	-782.889	0	-582.375	0	-582.375
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-17.252	0	0	0	-17.252	0	-17.252
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-617.000	0	-617.000	0	-617.000
5.04.08	Reserva legal	0	0	217.766	-217.766	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos e JSCP prescritos, líquido de impostos	0	0	0	51.877	0	51.877	0	51.877
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.418.921	2.228	1.421.149	355	1.421.504
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.461.918	0	1.461.918	355	1.462.273
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-42.997	2.228	-40.769	0	-40.769
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011
7.01	Receitas	33.918.764	28.098.659
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	34.009.730	28.022.540
7.01.02	Outras Receitas	416.774	445.192
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-507.740	-369.073
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.979.338	-12.796.357
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.255.027	-8.730.040
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.172.364	-4.188.648
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	448.053	122.331
7.03	Valor Adicionado Bruto	21.939.426	15.302.302
7.04	Retenções	-4.055.797	-3.263.737
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.055.797	-3.263.737
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.883.629	12.038.565
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	832.325	807.733
7.06.02	Receitas Financeiras	832.325	807.733
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	18.715.954	12.846.298
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	18.715.954	12.846.298
7.08.01	Pessoal	1.566.491	1.164.388
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.000.832	769.146
7.08.01.02	Benefícios	463.859	325.659
7.08.01.03	F.G.T.S.	101.800	69.583
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.687.509	6.735.773
7.08.02.01	Federais	4.565.774	3.264.377
7.08.02.02	Estaduais	7.046.206	3.410.421
7.08.02.03	Municipais	75.529	60.975
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.029.056	1.793.997
7.08.03.01	Juros	995.100	849.789
7.08.03.02	Aluguéis	1.033.956	944.208
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	2.977.931	2.899.926
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	1.250.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	2.979.323	1.643.400
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-1.392	6.526
7.08.05	Outros	454.967	252.214

Comentário do Desempenho

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ milhões	Consolidado			Consolidado			Consolidado		
	3T12	2T12	Δ%	3T11	Δ%	9M12	9M11	Δ%	
Receita Líquida Móvel	5.340,9	5.128,2	4,1	4.923,2	8,5	15.574,6	14.326,7	8,7	
Receita de serviço móvel	5.078,2	4.959,7	2,4	4.697,9	8,1	14.962,1	13.535,4	10,5	
Franquia e utilização	2.717,3	2.650,5	2,5	2.439,8	11,4	7.967,6	7.063,2	12,8	
Uso de rede	936,3	942,3	(0,6)	997,3	(6,1)	2.864,0	3.095,6	(7,5)	
Dados e SVAs	1.414,2	1.351,1	4,7	1.206,4	17,2	4.083,6	3.307,4	23,5	
Messaging P2P	482,3	465,5	3,6	406,9	18,5	1.394,2	1.088,9	28,0	
Internet	705,3	674,5	4,6	606,0	16,4	2.043,5	1.720,9	18,7	
Outras Receitas de Dados e SVAs	226,6	211,1	7,3	193,5	17,2	645,9	497,6	29,8	
Outros serviços	10,4	15,8	(34,2)	54,4	(80,9)	46,9	69,2	(32,3)	
Receita de aparelho móvel	262,7	168,5	55,9	225,4	16,6	612,6	791,3	(22,6)	

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Móvel considera a alocação da receita de longa distância por originação da chamada.

A receita líquida móvel no trimestre registrou crescimento importante de 8,5% na comparação anual, impulsionada pela receita de voz e pelo consumo de dados e internet, e também foi afetada principalmente pelos impactos regulatórios. Excluindo esse efeito, a receita líquida móvel registraria um crescimento de 11,2% em relação ao 3T11.

A manutenção do crescimento das recargas de pré-pago e crescimento do parque pós pago nos planos “Vivo Ilimitado” contribuíram para uma evolução positiva de 11,4% da receita de **franquia e utilização** no comparativo anual.

A receita de **uso de rede** diminuiu 6,1% em relação ao 3T11 e apenas 0,6% em relação ao 2T12, principalmente em função da redução da VU-M.

A receita de **Dados e SVAs** (Serviços de Valor Adicionado) continuou sua trajetória positiva e cresceu 17,2% em relação ao 3T11. Isso se deve principalmente ao crescimento das vendas de smartphones e novos planos 3G Plus, além da crescente venda de pacotes de dados para clientes pré pagos.

Nesse trimestre, a receita de Dados e SVAs representou 27,8% da receita líquida de serviços móveis, uma evolução de 2,2 p.p. na comparação anual. Se considerarmos apenas a receita sainte, a participação seria de 34,1% no terceiro trimestre de 2012.

A receita com **SMS** teve crescimento anual de 18,5%, representando 34% da receita de Dados e SVAs.

As receitas de **internet móvel** avançaram 16,4% na comparação com o 3T11 e 4,6% em relação ao 2T12, respondendo por 49,9% da receita de dados no trimestre, alavancados pela maior venda de modems e smartphones com planos e pacotes de dados, destacando-se os planos 3G Plus.

Outras Receitas de Dados e SVAs evoluíram 17,2% no ano, em virtude principalmente do crescimento nas vendas do Vivo Direto e do desempenho dos serviços interativos. Neste sentido damos destaque para os serviços Vivo Informa, Torpedo Recado, Ligue saúde, Vivo Kantoo, Vivo Segurança Online, Vivo som de chamada além de assinatura de aplicativos.

O aumento anual de 16,6% e trimestral de 55,9% da **receita de aparelho móvel** é explicada principalmente pela maior venda de smartphones e pela maior participação de clientes pós pagos nas altas no período.

Comentário do Desempenho

NEGÓCIO FIXO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ milhões	Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado		Combinado	
	3T12	2T12	Δ%	3T11	Δ%	9M12	9M11	Δ%		
Receita Líquida Fixa	3.122,4	3.115,3	0,2	3.369,8	(7,3)	9.446,5	10.244,8	(7,8)		
Voz e acessos	1.722,2	1.725,4	(0,2)	1.989,2	(13,4)	5.251,2	6.181,1	(15,0)		
Uso de rede	118,5	113,2	4,7	113,1	4,7	350,4	346,9	1,0		
Dados	887,0	886,9	0,0	876,6	1,2	2.666,1	2.551,1	4,5		
TV por assinatura	144,3	150,7	(4,3)	177,2	(18,6)	452,6	474,5	(4,6)		
Outros serviços	250,5	239,1	4,8	213,7	17,2	726,2	691,2	5,1		
% Dados / ROL	28,4%	28,5%	(0,1) p.p.	26,0%	2,4 p.p.	28,2%	24,9%	3,3 p.p.		

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Fixa considera a alocação da receita de longa distância por originação da chamada e a alocação das receitas advindas da solução FWT (Vivo Fixo e Vivo Box).

A receita líquida do negócio fixo apresentou uma desaceleração da queda com redução de 7,3% no ano, em função principalmente das novas promoções integradas fixo-móvel tais como Vivo Favoritos, que voltaram a incentivar adições líquidas positivas das linhas fixas clássicas e a performance no segmento corporativo.

A receita de **Voz e acessos** reduziu 13,4% em relação ao 3T11 desacelerando em relação à queda anual de 17,0% no 2T12. A receita está negativamente afetada pela redução do VC1 Fixo Móvel a partir de fevereiro 2012. Excluindo esse impacto regulatório, a receita de voz e acessos registraria uma redução de 10,6% no período.

As receitas de **Uso da rede** cresceram 4,7% em comparação ao 3T11. devido ao crescimento de tráfego entrante com terminação fixa no período.

A receita de **Dados** aumentou 1,2% em relação ao 3T11, em função da intensificação do ambiente competitivo. A adoção de clientes com fibra, ADSL e cabo contribuíram positivamente para essa evolução.

No 3T12 as receitas de TV por assinatura reduziram 18,6% no comparativo anual e 4,3% frente ao 2T12. Tal desempenho reflete a redução da atividade comercial desse serviço em face do lançamento do Vivo TV Fibra em outubro.

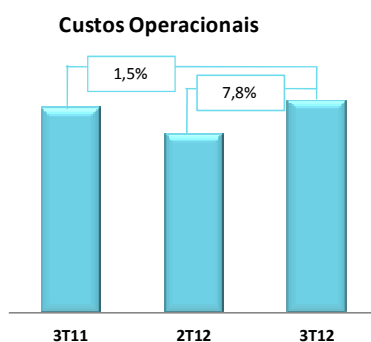
As receitas de **Outros Serviços** foram 17,2% maiores que no 3T11, devido à reclassificações contábeis. Excluindo as reclassificações esta receita cresce 1,4% no período.

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

CUSTOS OPERACIONAIS

R\$ milhões	Consolidado 3T12	Consolidado 2T12	Δ%	Consolidado 3T11	Δ%	Consolidado 9M12	Consolidado 9M11	Combinado 9M11	Δ%
Custos Operacionais	(5.552,1)	(5.150,6)	7,8	(5.468,5)	1,5	(16.169,7)	(15.844,4)	(15.844,4)	2,1
Pessoal	(582,6)	(544,1)	7,1	(581,3)	0,2	(1.840,4)	(1.677,6)	(1.677,6)	9,7
Custo dos Serviços Prestados	(2.558,1)	(2.342,7)	9,2	(2.687,4)	(4,8)	(7.586,2)	(7.768,5)	(7.768,5)	(2,3)
Interconexão	(977,2)	(991,5)	(1,4)	(1.146,9)	(14,8)	(3.037,5)	(3.385,7)	(3.385,7)	(10,3)
Impostos, taxas e contribuições	(453,1)	(453,4)	(0,1)	(452,2)	0,2	(1.419,3)	(1.281,4)	(1.281,4)	10,8
Serviços de terceiros	(838,4)	(803,5)	4,3	(785,2)	6,8	(2.416,7)	(2.268,9)	(2.268,9)	6,5
Outros	(289,4)	(94,3)	206,9	(303,1)	(4,5)	(712,7)	(832,5)	(832,5)	(14,4)
Custo das Mercadorias Vendidas	(465,5)	(403,9)	15,3	(451,0)	3,2	(1.293,4)	(1.352,3)	(1.352,3)	(4,4)
Despesas de Comercialização dos Serviços	(1.658,5)	(1.610,0)	3,0	(1.521,0)	9,0	(4.827,4)	(4.427,4)	(4.427,4)	9,0
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(167,2)	(158,6)	5,4	(152,1)	10,0	(507,7)	(427,6)	(427,6)	18,7
Serviços de terceiros	(1.366,8)	(1.325,4)	3,1	(1.230,4)	11,1	(3.941,5)	(3.609,3)	(3.609,3)	9,2
Outros	(124,5)	(126,0)	(1,2)	(138,5)	(10,1)	(378,2)	(390,5)	(390,5)	(3,1)
Despesas Gerais e Administrativas	(236,6)	(308,6)	(23,3)	(250,4)	(5,5)	(813,2)	(703,4)	(703,4)	15,6
Serviços de terceiros	(171,3)	(225,6)	(24,1)	(184,8)	(7,3)	(603,8)	(540,0)	(540,0)	11,8
Outros	(65,3)	(83,0)	(21,3)	(65,6)	(0,5)	(209,4)	(163,4)	(163,4)	28,1
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	(50,8)	58,7	n.d.	22,5	n.d.	190,9	84,8	84,8	125,1



Os custos operacionais permaneceram controlados e tiveram incremento anual de 1,5% totalizando R\$5.552,1 milhões no trimestre, excluindo os gastos com depreciação e amortização. Esse aumento é decorrente principalmente do aumento nas despesas de comercialização dos serviços, parcialmente compensado pela redução dos custos com VU-M e controle de gastos administrativos.

O custo de **pessoal** no 3T12 permaneceu estável quando comparado ao 3T11 e aumentou 7,1% frente ao trimestre anterior, reflexo principalmente do acordo coletivo negociado no mês de setembro. A variação anual foi de 0,2%, bem abaixo da variação acumulada no ano de 2012 de 9,7%, demonstrando a captura de sinergias nesta linha.

O **custo dos serviços prestados** no 3T12 foi 4,8% menor que no 3T11 em função, principalmente, do impacto regulatório com o efeito da redução da VU-M. A variação trimestral de 9,2% está relacionada com a reversão de provisão no trimestre passado.

O **custo das mercadorias vendidas** no 3T12 aumentou 3,2% em relação ao 3T11 e 15,3% frente ao 2T12, um aumento em função do maior volume de vendas de smartphones frente ao maior volume de altas em planos pós.

As **despesas de comercialização dos serviços** apresentaram aumento de 9,0% y-o-y, demonstrando forte controle frente a um crescimento da base de 11,6% no período. Elas foram impactadas também por gastos com *call center* e custos variáveis de comissionamento.

A **Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)** no 3T12 fechou em R\$167,2 milhões, correspondendo a 1,3% da receita bruta total, permanecendo estável em relação ao 2T12.

Comentário do Desempenho

Mesmo em um cenário macro de crescimento da inadimplência mantivemos nossa eficiência através do processo de aprimoramento contínuo na concessão do crédito e ações de cobrança, além da maior racionalidade na aquisição de clientes.

As **despesas gerais e administrativas** reduziram em 5,5% no 3T12 quando comparadas ao 3T11. Essa variação anual apresentou forte redução se comparada a variação acumulada no ano de 2012 com aumento de 15,6%, demonstrando o trabalho de contenção de custos realizado pela empresa, além de economias pontuais relacionadas a renegociações de contratos.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas apresentaram despesa de R\$50,8 milhões no 3T12, devido principalmente ao aumento de provisão para contingências inerentes ao negócio, parcialmente compensado com a venda de ativos não estratégicos no valor de R\$ 40,4 milhões.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

DEPRECIÇÃO

R\$ milhões	Consolidado			Consolidado		Consolidado		Combinado	
	3T12	2T12	Δ%	3T11	Δ%	9M12	9M11	Δ%	
EBITDA	2.911,2	3.092,9	(5,9)	2.824,5	3,1	8.851,4	8.727,1	1,4	
Depreciação e Amortizações	(1.385,1)	(1.352,4)	2,4	(1.396,0)	(0,8)	(4.055,8)	(3.809,6)	6,5	
Depreciação	(933,7)	(906,9)	3,0	(950,8)	(1,8)	(2.721,7)	(2.702,4)	0,7	
Amortização de intangíveis (*)	(199,2)	(199,2)	-	(201,8)	(1,3)	(597,6)	(398,4)	50,0	
Outras amortizações	(252,2)	(246,3)	2,4	(243,3)	3,6	(736,5)	(708,9)	3,9	
EBIT	1.526,1	1.740,5	(12,3)	1.428,6	6,8	4.795,6	4.917,5	(2,5)	

(*) Amortização de ativos intangíveis decorrentes da incorporação da Vivo pela Telefônica no 2T11.

A rubrica **depreciação e amortização** permaneceu praticamente estável com variação anual de -0,8% no ano.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

R\$ milhões	Consolidado			Consolidado		Consolidado		Combinado	
	3T12	2T12	Δ%	3T11	Δ%	9M12	9M11	Δ%	
Resultado financeiro líquido	(36,1)	(66,4)	(45,6)	(40,7)	(11,2)	(165,6)	(86,0)	92,6	
Receitas Financeiras	212,9	283,1	(24,8)	382,1	(44,3)	832,4	908,5	(8,4)	
Juros de Aplicações Financeiras	65,9	41,4	59,2	100,7	(34,6)	183,3	321,6	(43,0)	
Variações Monetárias e Cambiais	72,3	162,6	(55,5)	194,1	(62,7)	430,8	392,9	9,7	
Outras Receitas com Operações Financeiras	74,7	79,1	(5,6)	87,4	(14,5)	218,2	194,0	12,4	
Despesas Financeiras	(249,0)	(349,5)	(28,8)	(422,8)	(41,1)	(997,9)	(994,5)	0,3	
Despesas Financeiras	(196,3)	(192,4)	2,0	(243,2)	(19,3)	(610,7)	(606,7)	0,7	
Variações Monetárias e Cambiais	(52,7)	(157,1)	(66,5)	(179,6)	(70,7)	(387,2)	(382,7)	1,2	
Outras Despesas com Operações Financeiras	-	-	n.d.	-	n.d.	-	(5,0)	n.d.	

No 3T12, o **resultado financeiro líquido** apresentou redução de R\$ 4,6 milhões quando comparado com o 3T11, em decorrência da menor dívida líquida no período.

Comentário do Desempenho

Capex

CAPEX

R\$ milhões	Consolidado 3T12	Consolidado 2T12	Consolidado 3T11	Consolidado 9M12	Combinado 9M11
Rede	714,6	790,5	908,4	2.408,7	2.093,7
Tecnologia/Sist. Informação	113,0	196,9	161,8	392,3	464,4
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	136,0	156,2	156,2	470,6	1.230,5
Total	963,6	1.143,5	1.226,3	3.271,6	3.788,6

O **Capex** acumulado no ano atingiu R\$3.271,6 milhões, 10% superior ao ano passado, desconsiderando os valores das licenças adquiridas de R\$ 811,8 milhões. Desta maneira, o Capex atinge em 2012 um percentual de 13% da Receita Operacional Líquida vs. 12% em 2011.

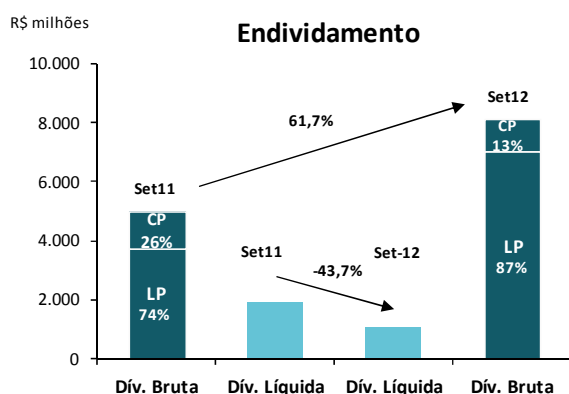
Os investimentos em 2012 estão focados em garantia de qualidade e capacidade, frente ao crescimento do tráfego de voz e dados.

Continuamos ainda focando nossos investimentos em expansão da base de assinantes de fibra e clientes corporativos.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia encerrou o 3T12 com uma **dívida bruta** de R\$8.127,0 milhões, sendo 19,1% denominada em moeda estrangeira. O aumento de 61,7% em relação ao 3T11 está relacionado à captação junto ao BNDES e à emissão de Debêntures, em Set/12, no valor de R\$ 2 bilhões.

A **dívida líquida** atingiu R\$1.083,3 milhões ao final do 3T12, representando, no acumulado dos resultados dos últimos 12 meses, 0,09 do EBITDA. Em relação ao 3T11, a dívida líquida registra uma redução de 43,7%, explicada principalmente pela geração de caixa da Companhia. Pelo mesmo motivo, a dívida líquida diminuiu 65,2% quando comparada ao 2T12. A exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (*hedge*).



Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, market share, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a. Controle acionário

A Telefônica Brasil S.A. (Companhia ou Telefônica Brasil), tem sua sede à Rua Martiniano de Carvalho, 851, na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia pertence ao Grupo Telefónica (Grupo), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Telefónica S.A., empresa holding do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais.

b. Operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados, no Estado de São Paulo, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorizações respectivamente. A Companhia e suas controladas também possuem autorizações para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como: comunicação de dados, inclusive internet em banda larga, serviços de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP) e serviços de TV por assinatura, sendo (i) via satélite em todo país; (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre e (iii) por cabo nas cidades de São Paulo, Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 (notas 1.b.1 e 1.b.2).

b.1. Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO/2008).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso, e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite à ANATEL estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

O contrato de concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 30 de setembro de 2012, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$6.740.831 (R\$6.698.899 em 31 de dezembro de 2011), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

Notas Explicativas

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

b.2. Autorizações e frequências relativas ao SMP

Os negócios da Vivo S.A. (Vivo), subsidiária integral da Companhia, incluindo os serviços que podem prover, também são regulados pela ANATEL. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

A Vivo explora serviços de telefonia móvel celular (Serviço Móvel Pessoal – SMP), incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas.

Nos leilões para venda das faixas de frequência de 2,5 GHz nacionais atreladas à faixa de 450 MHz, realizados pela ANATEL nos dias 12 e 13 de junho de 2012, a Vivo foi a vencedora no lote 3 dentre os ofertados, em conformidade com o edital nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel.

Dessa maneira, quando da adjudicação efetiva do referido lote, a Vivo incrementará sua capacidade de prestação de serviço com tecnologia de quarta geração (4G) em todo o território nacional e passará a operar na faixa de frequência 2,5GHz, com banda de 20+20 MHz. Além da faixa de 2,5GHz, o lote arrematado inclui a faixa de 450 MHz para as áreas rurais do interior dos estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe.

O valor ofertado pelo lote 3 foi de R\$1,05 bilhão. O valor a ser pago e os termos de utilização observarão as regras estabelecidas no edital e impostos pela ANATEL, sendo ajustados de acordo com o prazo remanescente das licenças.

O valor final das licenças será registrado como ativo intangível na Vivo no momento da assinatura dos termos junto à ANATEL, que poderá ocorrer no quarto trimestre de 2012 (nota 36).

As informações sobre as áreas de operação (regiões) e vencimentos das autorizações das radiofrequências de 800/1900/2100 MHz e dos 23 lotes (900 e 1800 MHz) em que a Vivo foi a vencedora, são as mesmas da nota 1.b2 – Autorizações e Frequências das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

c. Negociação das ações em bolsas de valores

c.1) Ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa)

Em 21 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa), sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais.

Notas Explicativas

Em Assembléia Geral Extraordinária (AGE) da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) e Telecomunicações de São Paulo S. A. (Telesp), realizada em 3 de outubro de 2011, foi aprovada a incorporação da Vivo Part. pela Telesp que, na mesma data, alterou a sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., modificando, também, em 6 de outubro de 2011 os códigos de negociação para VIVT3 e VIVT4 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e código de pregão para Telefônica Brasil (vide nota 3).

c.2) Ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de *American Depositary Receipts* (ADRs) na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADR representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADRs com o código "VIV", na Bolsa de Valores de Nova York.
- Banco depositário no exterior: *The Bank of New York*.
- Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

d. Acordo entre a Telefônica S.A. e a Telecom Itália

Em outubro de 2007, a TELCO S.p.A. (na qual a Telefônica S.A. detém uma participação de 42,3%), concluiu a aquisição de 23,6% da Telecom Itália. A Telefônica S.A. tem o controle indireto da Vivo. A Telecom Itália tem participação na TIM Participações S.A. (TIM), empresa de telefonia celular no Brasil. Como resultado da aquisição de sua participação na Telecom Itália, a Telefônica S.A. não tem envolvimento direto com as operações da TIM. Adicionalmente, quaisquer transações entre a Companhia, a Vivo e a TIM são transações normais do negócio de telefonia celular, as quais são regulamentadas pela ANATEL.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas (ITRs) encerradas em 30 de setembro de 2012 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

As ITRs individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As ITRs consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

Notas Explicativas

As presentes informações trimestrais foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, descritos a seguir:

- Alterações ao IAS 12, *Imposto de Renda – Recuperação de Ativos Subjacente*: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. O Grupo Telefônica optou por não avaliar as propriedades de investimento pelo método do valor justo na adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, pelo que esta alteração não é aplicável.
- Alterações IFRS 7, *Instrumentos Financeiros: Divulgações – Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas*: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das informações compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrou em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2011 e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC e deliberação pela CVM para as companhias abertas. Atualmente esta emenda encontra-se em Audiência Pública no CPC.

Cabe mencionar que esta emenda em questão afeta apenas as divulgações, porém atualmente não é aplicável à Companhia, e não tem impacto sobre seu desempenho ou sua situação financeira.

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (*International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC*) ainda não em vigor em 30 de setembro de 2012

Na data de elaboração destas ITRs, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Notas Explicativas

Normas e Alterações de Normas		Aplicação obrigatória: exercícios iniciados a partir de
Alterações ao IAS 1	<i>Apresentação das contas de outros resultados abrangentes</i>	1º de julho de 2012
Alterações IFRS 1	<i>Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs)</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	<i>Demonstrações Contábeis Consolidadas</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	<i>Acordos em Conjunto</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	<i>Divulgação de Participações em Outras Entidades</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	<i>Mensuração a Valor Justo</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 19 revisado	<i>Benefícios a empregados</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 27 revisado	<i>Demonstrações Contábeis Separadas</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 28 revisado	<i>Investimentos em Coligadas e em Controladas em Conjunto</i>	1º de janeiro de 2013
Alterações IFRS 7	<i>Divulgação – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros</i>	1º de janeiro de 2013
Melhorias do IFRS	<i>Ciclo 2009-2011</i>	1º de janeiro de 2013
Alterações IAS 32	<i>Compensação de Ativos e Passivos Financeiros</i>	1º de janeiro de 2014
IFRS 9	<i>Instrumentos Financeiros</i>	1º de janeiro de 2015
Alterações IFRS 7	<i>Divulgação na transição do IFRS 9s</i>	1º de janeiro de 2015

A Companhia está atualmente analisando o impacto da aplicação destas normas, alterações e interpretações. Baseando-se nas análises preliminares realizadas até a data, a Companhia estima que sua aplicação não terá um impacto significativo sobre as demonstrações contábeis consolidadas no período de aplicação inicial. Não obstante, mudanças introduzidas pelo IFRS 9 afetarão a apresentação dos ativos financeiros e transações com os mesmos que ocorram a partir de 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 23 de outubro de 2012, autorizou emissão destas informações trimestrais, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 5 de novembro de 2012.

As presentes ITRs comparam os trimestres encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2011, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 30 de setembro de 2012 com 31 de dezembro de 2011.

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais.

O quadro a seguir apresenta a relação das empresas controladas, direta e indiretamente, pela Companhia e o percentual de participação no capital total:

Controladas	30.09.12	31.12.11
Vivo S.A (a)	100%	100%
Telefônica Data S.A.	100%	100%
A.Telecom S.A.	100%	100%
Telefônica Sistema de Televisão S.A.	100%	100%
Ajato Telecomunicações Ltda.	100%	100%
GTR Participações e Empreend. S.A. (b)	100%	66,67%
TVA Sul Paraná S.A. (b)	100%	91,50%
Lemontree S.A. (b)	100%	83,00%
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (b)	100%	93,19%
Aliança Atlântica Holding B.V.(c)	50%	50%
Companhia AIX de Participações (c)	50%	50%
Companhia ACT de Participações (c)	50%	50%

Notas Explicativas

- (a) consolidada integralmente a partir de abril de 2011 (notas 1 e 3).
- (b) consolidadas integralmente a partir de janeiro de 2011 e subsidiárias integrais a partir de junho de 2012.
- (c) controladas em conjunto.

Os principais acontecimentos e as principais variações no âmbito de consolidação que, por sua relevância devem ser consideradas para a análise das informações consolidadas são apresentados a seguir:

a) Aquisição da Vivo Part. pela Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovado, por unanimidade de votos, o Protocolo de Incorporação de Ações e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Vivo Part., tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Em função desta incorporação de ações, o capital da Companhia foi aumentado em R\$31.222.630.

b) Concentração das Autorizações do SMP e Incorporação da Vivo Part.

Em reunião do Conselho de Administração da subsidiária Vivo Part., realizada em 14 de junho de 2011, foi aprovada a proposta para a concentração das autorizações para a prestação de serviços de SMP (até então detidas pela Vivo Part. no estado de Minas Gerais e pela Vivo nos outros estados do Brasil), unificando assim as operações e os Termos de Autorização para a exploração do SMP na Vivo.

A forma proposta para viabilizar esta reestruturação societária foi a conferência em 1º de outubro de 2011 dos bens, direitos e obrigações relacionados com a operação de serviços SMP em Minas Gerais pela Vivo Part. para a Vivo (operadora móvel do grupo que detinha as autorizações do SMP nos demais estados do Brasil). Realizada essa conferência, a Vivo Part. passou à situação de *holding*.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, foi contratada uma empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação de parte do acervo patrimonial da Vivo Part. correspondente às operações do SMP no Estado de Minas Gerais que foi conferido ao patrimônio da Vivo e do acervo patrimonial da Vivo Part. para a incorporação pela Companhia.

Devido a Vivo Part. ser subsidiária integral da Companhia desde 27 de abril de 2011, cujo patrimônio já continha o investimento nas ações da Vivo, a incorporação: (i) não acarretou aumento de capital da Companhia; (ii) não houve a substituição de ações detidas por acionistas não-controladores da Vivo Part. por ações da Companhia; e (iii) não houve necessidade da elaboração de laudo de avaliação de patrimônio líquido a preços de mercado para cálculo de relação de substituição das ações, pois não havia acionistas não controladores a serem protegidos.

Desse modo, nos termos do artigo 226, parágrafos I e II da Lei nº 6.404/76, as ações detidas pela Companhia no acervo patrimonial da Vivo Part. foram extintas. Com a conclusão da reestruturação societária, a Vivo Part. foi incorporada pela Companhia em 3 de outubro de 2011 e a Vivo passou a ser subsidiária integral da Companhia, simplificando e racionalizando a estrutura de custos das empresas envolvidas.

As ITRs consolidadas da Companhia incluem os resultados da Vivo Part. (incorporada pela Companhia em 3 de outubro de 2011) e Vivo desde 1º de abril de 2011. A Vivo Part. e Vivo foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de consolidação integral.

Notas Explicativas

c) Consolidação das empresas TVA

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia passou a incluir as empresas GTR Participações e Empreendimentos S.A. (GTR), TVA Sul Paraná S.A.(TVA Sul), Lemontree Participações S.A. (Lemontree) e Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (Comercial Cabo) em suas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de consolidação integral. Anteriormente, essas empresas eram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de equivalência patrimonial.

d) Aquisição de ações da Lemontree em 2011

Em 29 de setembro de 2011, a Companhia adquiriu 68.533.233 ações ordinárias, que representam 49% desta classe de ações da Lemontree e que por sua vez é detentora de 80,1% das ações ordinárias da Comercial Cabo, sociedade operadora de serviços de televisão a cabo no Estado de São Paulo. Assim, a Companhia passa a ter 83% de participação na Lemontree e 93,19% na Comercial Cabo. Esta operação foi considerada como aquisição de acionistas não controladores para fins de apresentação e mensuração nas presentes demonstrações contábeis.

e) Aquisição de ações da Lemontree e GTR em 2012

Em 6 de junho de 2012, a Companhia exerceu sua opção de compra em relação (i) a 71.330.508 ações ordinárias remanescentes correspondentes a 51% do capital votante da Lemontree controladora da Comercial Cabo, sociedade operadora de serviços de televisão a cabo no Estado de São Paulo; e (ii) a 923.778 ações ordinárias remanescentes da GTR, titular de 50,9% das ações ordinárias da TVA Sul, sociedade operadora de serviços de televisão a cabo fora do estado de São Paulo, ações essas anteriormente detidas pelo grupo Abril. A opção de compra exercida nesta data, finaliza o processo de aquisição das ações remanescentes da Lemontree e da GTR, iniciado com o exercício parcial da opção implementado em 29 de setembro de 2011, com a aquisição de ações ordinárias da Lemontree, representativas de 49% do seu capital social.

Os valores correspondentes às aquisições das ações ordinárias remanescentes da Lemontree e GTR, descritas acima, foram de R\$37.737 e R\$6.434, respectivamente.

Esta operação foi considerada como aquisição de acionistas não controladores para fins de apresentação e mensuração nas presentes demonstrações contábeis.

Com a implementação deste exercício de opção, a Companhia passou a deter 100% das ações representativas do capital votante e total da Lemontree e da GTR e, indiretamente, das sociedades operadoras de serviços de televisão a cabo situadas em São Paulo e em Curitiba, Foz do Iguaçu e Florianópolis.

f) Alienação de ações da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A.

Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou as 1.618.652 (1.196.395 diretamente e 422.257 indiretamente através da Aliança Atlântica) ações ordinárias, representativas de 0,52% do capital social (com direito a voto) da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (ZON). O resultado líquido positivo consolidado (valor da alienação das ações detidas e baixa dos investimentos) desta operação foi de R\$1.486.

Notas Explicativas

g) Reestruturação Societária

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de maio de 2012, foi aprovada a proposta de reestruturação societária a ser implementada por meio de operações de cisão parcial e incorporação, envolvendo as subsidiárias integrais da Companhia A. Telecom S.A. (ATelecom), Telefônica Data S.A. (TData), Telefônica Sistema de Televisão S.A. (TST), Vivo, Comercial Cabo e TVA Sul, de forma que ao final do processo, as atividades econômicas que não sejam serviços de telecomunicações, incluindo os Serviços de Valor Adicionado (conforme definido no Art. 61 da LGT), prestados pelas diversas subsidiárias integrais serão concentrados na Telefônica Data S.A. (que permanecerá em operação) e os demais serviços de telecomunicações serão unificados na Companhia, que para tanto e como etapa final da reestruturação societária, incorporará as sociedades.

Além da racionalização da prestação dos serviços, a reestruturação societária (viável agora em razão das alterações legislativas aplicáveis às concessionárias do STFC), visa simplificar a estrutura organizacional atual da Companhia, bem como auxiliar a integração dos negócios e a geração de sinergias.

A referida operação foi submetida à ANATEL em 15 de maio 2012 e somente será efetivada após a anuência prévia da Agência.

3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - AQUISIÇÃO DA VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.

Conforme descrito na nota 2.a), em 27 de abril de 2011, as assembleias de acionistas da Companhia e da Vivo Part. aprovaram a aquisição de 100% das ações desta última pela Companhia, tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Esta operação foi contabilizada utilizando o método de aquisição.

A seguir são apresentados o valor justo, o ágio e o custo da participação na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. na data de aquisição:

Informações (em R\$ mil)	Valor Justo
Ativo circulante	7.244.124
Ativo não circulante	28.134.683
Ativo fiscal diferido líquido ^(b)	417.883
Outros ativos não circulantes	2.385.177
Imobilizado	6.198.358
Ativo Intangível ^(a)	19.133.265
Passivo circulante	(7.964.209)
Passivo não circulante	(5.352.456)
Outros passivos não circulantes ^(c)	(5.352.456)
Valor dos ativos líquidos	22.062.142
Custo da participação	31.222.630
Ágio na operação	9.160.488

(a) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R\$12.876.000), à marca (R\$1.642.000) e a carteira de clientes (R\$2.042.000). A Companhia não considera dedutível para fins fiscais a marca e a carteira de clientes.

(b) Inclui o reconhecimento do imposto de renda diferido sobre (1) e (3).

(c) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente de R\$283.000.

Notas Explicativas

O valor justo das contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados é de R\$2.809.561. O montante bruto é de R\$3.027.732. Sobre o montante bruto das contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados foi constituída provisão de R\$218.171 para redução ao valor recuperável, o qual se espera o recebimento do montante líquido desta provisão.

De acordo com o IFRS 3(R) *Combinação de Negócios*, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores foi reconhecido nesta aquisição passivos contingentes a valor justo de R\$283.000, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição (vide nota 19). Os custos incorridos na transação foram de R\$9.066 e lançados no resultado, em outras despesas operacionais.

A seguir é apresentada, apenas com propósitos ilustrativos, uma demonstração de resultado combinado não auditado e/ou revisado, da Companhia e da adquirida, Vivo Part., caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, sem contemplar os efeitos contábeis da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*) retroativo a esta data. Esta demonstração não pretende representar os resultados reais das operações da Companhia caso a reestruturação tivesse ocorrido na data especificada, nem deve ser utilizada para projetar resultados das operações da Companhia de qualquer data ou período futuro.

	Telefônica Brasil Consolidado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011	Vivo Part. Consolidado para o período de três meses findo em 31 de março de 2011	Eliminação (b)	Telefônica Brasil Combinado
Receita Operacional Líquida	20.528.645	4.852.749	(809.940)	24.571.454
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas (a)	(10.818.490)	(2.336.229)	773.395	(12.381.324)
Lucro Bruto	9.710.155	2.516.520	(36.545)	12.190.130
Receitas (Despesas) Operacionais	(5.898.112)	(1.411.044)	36.545	(7.272.611)
Comercialização dos serviços (a)	(4.843.687)	(1.061.682)	36.545	(5.868.824)
Despesas gerais e administrativas (a)	(1.177.473)	(310.416)	-	(1.487.889)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	123.048	(38.946)	-	84.102
Lucro Operacional antes das receitas (despesas) financeiras	3.812.043	1.105.476	-	4.917.519
Resultado financeiro líquido	(46.186)	(39.794)	-	(85.980)
Lucro antes do tributos	3.765.857	1.065.682	-	4.831.539
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(865.931)	(355.476)	-	(1.221.407)
Lucro líquido do período (c)	2.899.926	710.206	-	3.610.132
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Sociedade controladora	2.893.400			
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	6.526			

(a) Inclui despesa de depreciação e amortização no montante total de R\$3.809.602.

(b) Inclui principalmente receitas e custos com interconexão.

(c) O lucro líquido combinado seria de R\$3.473.861 em setembro de 2011, caso tivessem sido incluídos os efeitos de amortização de intangíveis nos primeiros 3 meses de 2011 (R\$196.583), líquidos de impostos sobre a renda diferidos de R\$66.838.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a CDBs, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Caixa e contas bancárias	1.519	17.969	32.713	77.404
Aplicações financeiras	2.820.627	808.933	6.707.236	2.862.938
Total	2.822.146	826.902	6.739.949	2.940.342

5. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Valores faturados	1.754.578	1.742.090	3.609.981	3.461.465
Valores a faturar	875.974	941.614	1.829.439	1.855.801
Valores de interconexão	334.477	210.668	944.126	930.178
Contas a receber bruto	2.965.029	2.894.372	6.383.546	6.247.444
Provisão para redução ao valor recuperável	(604.165)	(607.736)	(1.100.046)	(1.056.729)
Total	2.360.864	2.286.636	5.283.500	5.190.715
Circulante	2.360.864	2.286.636	5.196.648	5.105.860
Não circulante	-	-	86.852	84.855

A seguir apresentamos análise dos valores a receber líquidos da provisão para redução ao valor recuperável, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
A vencer	1.640.619	1.653.269	4.096.840	4.103.377
Vencidas – 1 a 30 dias	377.393	371.256	688.442	631.923
Vencidas – 31 a 60 dias	94.593	97.504	186.868	204.775
Vencidas – 61 a 90 dias	51.888	46.932	118.527	115.125
Vencidas – 91 a 120 dias	30.717	24.188	60.590	49.815
Vencidas – mais de 120 dias	165.654	93.487	132.233	85.700
Total	2.360.864	2.286.636	5.283.500	5.190.715

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

As movimentações da provisão para redução ao valor recuperável, são como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(607.736)	(1.056.729)
Ingressos (nota 25)	(211.155)	(507.740)
Baixas	214.726	464.423
Saldo em 30 de setembro de 2012	(604.165)	(1.100.046)

A ATelecom possui o produto “Posto Informático” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, os montantes relacionados a este produto foram classificados nas ITRs de 30 de setembro de 2012 e nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 como “Arrendamento Mercantil Financeiro”.

O saldo consolidado das contas a receber, contempla os seguintes efeitos:

Notas Explicativas

	30.09.12	31.12.11
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	278.858	261.933
Receita financeira não realizada	7.021	8.941
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber	285.879	270.874
Provisão para redução ao valor recuperável	(83.505)	(69.375)
Total dos valores a receber líquidos	202.374	201.499
Circulante	115.522	116.644
Não circulante	86.852	84.855

O cronograma de vencimentos em 30 de setembro de 2012 é como segue:

	Investimento	Valor presente
A vencer até um ano	192.006	192.006
A vencer até cinco anos	97.873	86.852
Total	289.879	278.858

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Materiais para consumo	44.990	54.124	66.306	94.547
Materiais para revenda (a)	7.034	7.030	470.978	435.032
Outros estoques	5.373	6.333	5.467	6.468
Total bruto	57.397	67.487	542.751	536.047
Provisão para redução ao valor realizável e provisão para obsolescência	(30.581)	(35.651)	(79.001)	(64.326)
Total circulante	26.816	31.836	463.750	471.721

(a) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, equipamentos de informática e *simcard* (*chip*).

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para redução ao valor realizável e para obsolescência:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(35.651)	(64.326)
Adições	(3.950)	(34.975)
Reversões	9.020	20.300
Saldo em 30 de setembro de 2012	(30.581)	(79.001)

Os custos das mercadorias vendidas, que incluem os valores da provisão para redução ao valor realizável, estão demonstrados na nota 24.

Notas Explicativas

7. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Impostos e contribuições retidos na fonte	45.342	106.072	92.771	152.919
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	592.896	1.051.864	664.249	1.143.988
ICMS (a)	372.936	422.679	1.693.941	1.665.896
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06	200.077	284.959	219.137	307.832
PIS e COFINS	46.673	43.898	151.806	210.950
Outros	6.900	9.141	29.717	28.440
Total	1.264.824	1.918.613	2.851.621	3.510.025
Circulante	702.354	1.130.761	2.095.266	2.495.066
Não circulante	562.470	787.852	756.355	1.014.959

(a) Refere-se em grande parte a créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

7.2 Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Ativo diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa (a)	154.657	-	154.657	348.576
Crédito fiscal incorporado (b)	12.615	22.076	18.836	46.962
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	749.251	671.989	1.025.196	950.988
Planos de benefícios pós emprego	104.471	98.833	111.455	98.833
Provisão para redução ao valor recuperável das contas a receber	94.851	97.466	182.660	178.433
Provisão para desmobilização, perdas e alienação de ativos	8.707	8.745	250.618	79.633
Participação nos resultados	29.020	43.368	46.908	82.564
Depreciação acelerada	122.961	101.668	415.335	433.512
Provisão para redução ao valor realizável dos estoques	10.398	12.121	21.281	17.542
Provisão para programa de fidelização	-	-	27.991	23.399
Operações com derivativos	26.815	37.352	47.707	69.387
Fornecedores e outras provisões	52.440	129.087	282.627	354.916
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	104.669	99.143	236.474	174.883
Total do ativo diferido	1.470.855	1.321.848	2.821.745	2.859.628
Passivo diferido				
Crédito fiscal incorporado (b)	(254.053)	(207.668)	(254.053)	(207.668)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)				
Lei da Inovação tecnológica	(209.095)	(224.254)	(423.367)	(333.156)
Variação cambial	(4.307)	(14.742)	(4.307)	(14.742)
Carteira de clientes	(567.511)	(630.896)	(567.511)	(630.896)
Marcas e patentes	(515.335)	(536.808)	(515.335)	(536.808)
Licença	(319.902)	(79.976)	(319.902)	(79.976)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(323.369)	(258.695)	(323.369)	(258.695)
Ágios da Vivo Participações S.A.	(213.496)	(53.374)	(213.496)	(53.374)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(105.473)	(104.389)	(105.473)	(104.389)
Total do passivo diferido	(2.512.541)	(2.110.802)	(2.726.813)	(2.219.704)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(1.041.686)	(788.954)	94.932	639.924
Total do ativo diferido líquido, não circulante	-	-	1.136.618	1.428.878
Total do passivo diferido líquido, não circulante	(1.041.686)	(788.954)	(1.041.686)	(788.954)

Notas Explicativas

- a) Prejuízo fiscal e base negativa: representa o montante registrado pela Companhia e suas controladas, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. As controladas TData, Ajato Telecomunicações Ltda (Ajato), GTR, Lemontree e TST não contabilizaram o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos que seriam gerados pela utilização de seus prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$289.160 em 30 de setembro de 2012 (R\$241.361 em 31 de dezembro de 2011), tendo em vista as incertezas, nesse momento, quanto à capacidade dessas controladas de gerar resultados tributáveis futuros suficientes que assegurem realização desses tributos diferidos.

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais pela Companhia e suas controladas decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos e não reconhecidos. Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, não ocorreu nenhuma mudança significativa nos negócios da Companhia e suas controladas que indicasse a necessidade de provisão para perdas dos referidos créditos tributários.

	Controladora			Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31.12.11	-	-	-	1.745.928	1.705.050	3.450.978
Crédito fiscal (25% + 9%)	-	-	-	436.482	153.455	589.937
Crédito fiscal reconhecido	-	-	-	259.011	89.565	348.576
Crédito fiscal não reconhecido	-	-	-	177.471	63.890	241.361
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 30.09.12	440.026	496.122	936.148	1.287.178	1.355.807	2.642.985
Crédito fiscal (25% + 9%)	110.007	44.651	154.657	321.795	122.023	443.817
Crédito fiscal reconhecido	110.007	44.651	154.657	110.007	44.651	154.657
Crédito fiscal não reconhecido	-	-	-	211.788	77.372	289.160

- b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

A movimentação do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Prejuízo fiscal	Ativos diferidos	Total	Prejuízo fiscal	Ativos diferidos	Total
<u>Ativo Diferido</u>						
Saldo em 31.12.11	-	1.321.848	1.321.848	348.576	2.511.052	2.859.628
Adições	154.657	100.394	255.051	154.657	306.167	460.824
Baixas e realizações	-	(106.044)	(106.044)	(348.576)	(150.131)	(498.707)
Saldo em 30.09.12	<u>154.657</u>	<u>1.316.198</u>	<u>1.470.855</u>	<u>154.657</u>	<u>2.667.088</u>	<u>2.821.745</u>

	Controladora	Consolidado
<u>Passivo Diferido</u>		
Saldo em 31.12.11	(2.110.802)	(2.219.704)
Adições	(526.394)	(645.276)
Baixas e realizações	124.655	138.167
Saldo em 30.09.12	<u>(2.512.541)</u>	<u>(2.726.813)</u>

8. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis trabalhistas e tributários, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**a) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Trabalhista	863.738	718.060	967.268	789.705
Tributário	1.527.536	1.449.211	2.150.039	1.938.470
Cível	691.423	601.347	894.953	715.285
Total	3.082.697	2.768.618	4.012.260	3.443.460
Bloqueios judiciais	29.892	47.346	58.579	73.205
Total	3.112.589	2.815.964	4.070.839	3.516.665
Circulante	-	-	217.401	116.421
Não Circulante	3.112.589	2.815.964	3.853.438	3.400.244

b) Movimentação

	Controladora				
	Trabalhista	Tributário	Cível	Bloqueio Judicial	Totais
Saldos em 31.12.11 no ativo não circulante	718.060	1.449.211	601.347	47.346	2.815.964
Ingressos	125.420	14.418	88.252	201.308	429.398
Baixas/reversões	(14.770)	(8.767)	(33.009)	(215.538)	(272.084)
Atualização monetária	33.584	77.458	28.269	-	139.311
Transferências	1.444	(4.784)	6.564	(3.224)	-
Saldos em 30.09.12 no ativo não circulante	863.738	1.527.536	691.423	29.892	3.112.589
	Consolidado				
	Trabalhista	Tributário	Cível	Bloqueio Judicial	Totais
Saldos em 31.12.11	789.705	1.938.470	715.285	73.205	3.516.665
Ingressos	160.525	126.226	196.756	216.236	699.743
Baixas/reversões	(18.464)	(16.548)	(54.779)	(227.455)	(317.246)
Atualização monetária	34.271	106.232	31.174	-	171.677
Transferências	1.231	(4.341)	6.517	(3.407)	-
Saldos em 30.09.12	967.268	2.150.039	894.953	58.579	4.070.839
Circulante	36.947	15.694	142.247	22.513	217.401
Não Circulante	930.321	2.134.345	752.706	36.066	3.853.438

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante de R\$1.527.536 (R\$1.449.211 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$2.150.039 (R\$1.938.470 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado. Na nota 19 – Provisões, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram estes depósitos.

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários consolidados:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Vivo está envolvida em discussões judiciais que envolvem (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$67.045 (R\$68.532 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

- Contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE)

A Companhia e suas controladas têm questionamentos administrativos e judiciais, visando a afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$5.000 (R\$4.852 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$131.030 (R\$123.228 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio-base, radioenlaces e sobre estações móveis.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam em âmbito judicial referida taxa.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$807.570 (R\$767.530 em 31 de dezembro de 2011).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (a) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte (operadoras fixas); (b) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio (operadoras móveis); (c) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e royalties, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa; e (d) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não homologadas pela Receita Federal do Brasil e débito de multa de mora exigida em decorrência de pagamento extemporâneo do IRRF efetuado espontaneamente.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$48.218 (R\$46.051 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$56.296 (R\$61.469 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (a) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; e (b) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento – débitos do Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SIEF).

Em 30 de setembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$23.799 (R\$22.617 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$25.100 (R\$23.866 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Notas Explicativas

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) ingressou com mandado de segurança para discutir a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e suas controladas, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$34.289 (R\$31.053 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$369.550 (R\$254.328 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de anular lançamento decorrente da cobrança de SAT e verbas de terceiros sobre pagamentos de "Indenização Compensatória por Supressão de Benefícios" em razão da supressão, por Acordo Coletivo de Trabalho de 1996/1997 e 1998/1999.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$77.819 (R\$75.278 em 31 de dezembro de 2011).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não recolher os adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados).

Em 30 de setembro de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$65.372 (R\$62.154 em 31 de dezembro de 2011).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$48.818 (R\$46.770 em 31 de dezembro de 2011).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

A Companhia e suas controladas ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de: (a) não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST nas operadoras fixas e (b) não inclusão das receitas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST nas operadoras móveis, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$322.734 (R\$291.019 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$333.183 (R\$299.545 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)

Em decorrência da incorporação da PTelecom Brasil S.A pela Vivo Part., (incorporada posteriormente pela Controladora), foi absorvido o saldo do depósito judicial, relativo ao mandado de segurança ingressado pela PTelecom Brasil S.A, visando afastar a exigência de CPMF sobre contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central para conversão de empréstimo externo em investimento.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo na controladora e consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$20.697 (R\$20.220 em 31 de dezembro de 2011).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (a) ICMS declarado e não pago; (b) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (c) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (d) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (e) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e (f) cartões de ativação para o serviço pré pago.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$166 (R\$33 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$33.755 (R\$29.974 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (a) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços meios; (b) Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não abarcado por isenção; (c) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (d) diferencial de alíquota de SAT (1% para 3% - Seguro Acidente de Trabalho); (e) taxa de uso do solo; (f) contribuições previdenciárias referente a suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (g) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$73.054 (R\$81.634 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$113.804 (R\$105.576 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Notas Explicativas**9. DESPESAS ANTECIPADAS**

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Propaganda e publicidade	3.787	817	62.268	171.566
Taxa Fistel (a)	-	-	242.899	-
Alugueis	12.616	8.520	43.358	24.126
Seguros	10.264	6.452	18.117	10.289
Manutenção de software	8.759	13.161	17.652	14.503
Encargos financeiros	-	-	4.659	3.426
Impostos, taxas e contribuições	7.857	326	10.873	974
Outras	8.943	8.429	24.303	30.172
Total circulante	52.226	37.705	424.129	255.056
Propaganda e publicidade	-	-	219	835
Alugueis	12.646	15.202	20.673	19.618
Seguros	470	860	969	1.695
Encargos financeiros	-	-	4.259	5.317
Outras	1.639	2.228	12.777	4.673
Total não circulante	14.755	18.290	38.897	32.138

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2012 que foram pagos no primeiro semestre e serão amortizados até o final do exercício.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Adiantamentos a empregados e fornecedores	56.700	47.889	93.350	62.123
Créditos com partes relacionadas	214.471	190.333	34.757	40.285
Subsídio na venda de aparelhos celulares	-	-	29.438	53.408
Crédito com fornecedores (a)	-	7.050	553.344	184.748
Outros ativos	39.213	43.015	89.205	83.248
Total circulante	310.384	288.287	800.094	423.812
Créditos junto a Barramar S.A. (b)	-	-	48.910	52.248
Valores vinculados ao Tesouro Nacional	-	13.819	-	13.819
Superávit plano de pensão	49.720	29.621	50.872	31.210
Créditos com partes relacionadas	55.101	37.068	18.793	20.214
Outros ativos	25.412	28.713	27.111	30.802
Total não circulante	130.233	109.221	145.686	148.293

(a) Os valores consolidados em 30 de setembro de 2012, incluem R\$502.736 referente à operação de alienação de 895 torres de transmissão e 1.017 *rooftops* não estratégicos de propriedade da Vivo (nota 12b).

(b) Referem-se a créditos com a empresa Barramar S.A., registrados na Companhia AIX de Participações, líquidos da provisão para perdas.

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS

	Saldos em 31.12.11	Adições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Baixa do valor residual	Outros movimentos	Saldos em 30.09.12
Participações em controladas	10.001.448	27.290	2.436.034	(1.233.848)	9.743	-	(3.240)	11.237.427
Aliança Atlântica Holding B.V.	52.023	-	812	(1.140)	3.806	-	-	55.501
A. Telecom S.A.	722.857	-	7.130	-	-	-	-	729.987
Companhia AIX de Participações	64.775	-	(1.098)	(2.317)	-	-	-	61.360
Companhia ACT de Participações	3	-	-	-	-	-	-	3
Telefônica Data S.A.	198.555	-	(84.735)	-	-	-	(3.855)	109.965
Telefônica Sistemas de Televisão S.A.	213.387	-	(38.790)	-	-	-	936	175.533
Vivo S.A.	8.685.946	-	2.587.904	(1.230.391)	5.048	-	-	10.048.507
GTR Participações e Empreendimentos S.A. (b)	2.073	776	(913)	-	-	-	11	1.947
Lemontree Participações S.A. (b)	19.681	2.876	(10.510)	-	-	-	(135)	11.912
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (b)	35.517	23.638	(20.459)	-	889	-	(244)	39.341
TVA Sul Paraná S.A. (b)	6.631	-	(3.307)	-	-	-	47	3.371
Ágios	10.208.980	-	-	-	-	-	-	10.208.980
Ágio Spanish e Figueira (incorporado da TDBH)	212.058	-	-	-	-	-	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda.	71.892	-	-	-	-	-	-	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A.	780.693	-	-	-	-	-	-	780.693
Vivo Participações S. A.	7.169.577	-	-	-	-	-	-	7.169.577
Telemig Celular S. A.	133.896	-	-	-	-	-	-	133.896
Telemig Celular Participações S. A.	1.485.172	-	-	-	-	-	-	1.485.172
Global Telecom S. A.	204.762	-	-	-	-	-	-	204.762
Tele Centro Oeste Celular Participações S. A.	150.930	-	-	-	-	-	-	150.930
Outras participações (a)	35.455	-	-	-	(5.313)	(6.704)	-	23.438
Zon Multimídia – partic. Direta (c)	6.737	-	-	-	(33)	(6.704)	-	-
Outros investimentos	28.718	-	-	-	(5.280)	-	-	23.438
Total de investimentos na controladora	20.245.883	27.290	2.436.034	(1.233.848)	4.430	(6.704)	(3.240)	21.469.845
Outras participações(a)	2.380	-	-	-	(500)	(1.880)	-	-
Zon Multimídia – partic. Indireta (c)	2.380	-	-	-	(500)	(1.880)	-	-
Total de investimentos no consolidado	37.835	-	-	-	(5.813)	(8.584)	-	23.438

(a) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

(b) Consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2011 conforme comentado na nota 2.d.

(c) Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou sua participação societária na ZON (nota 2f).

Controladas consolidadas proporcionalmente

A Companhia tem participação acionária de 50% nas empresas Aliança Atlântica Holding B.V., Companhia AIX de Participações e Companhia ACT de Participações, as quais são consolidadas proporcionalmente.

A proporção correspondente à Companhia dos ativos, passivos, receitas e despesas das entidades consolidadas proporcionalmente em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro 2011, incluídos nas ITRs consolidadas estão demonstrados a seguir:

	30.09.12			31.12.11		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Ativo circulante	4	6.663	56.652	4	3.501	49.655
Ativo não circulante	-	60.464	-	-	65.461	2.378
Passivo circulante	1	2.908	1.151	1	2.338	10
Passivo não circulante	-	2.859	-	-	1.849	-
Patrimônio líquido	3	61.360	55.501	3	64.775	52.023

	30.09.12			30.09.11		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Receitas	25	18.894	2.816	15	13.864	749
Despesas	(25)	(19.992)	(2.004)	(13)	(12.394)	-
Lucro Líquido (prejuízo) do período	-	(1.098)	812	2	1.470	749

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO LÍQUIDO

12.a) Composição

Em 30 de setembro de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.597.235	(10.394.228)	1.203.007	15.333.333	(13.185.278)	2.148.055
Equipamentos e meios de transmissão	20.292.485	(16.078.989)	4.213.496	30.422.007	(23.435.991)	6.986.016
Equipamentos terminais/Modem	5.136.887	(4.083.123)	1.053.764	9.660.301	(8.062.979)	1.597.322
Infraestrutura	8.579.846	(6.041.573)	2.538.273	13.210.205	(8.887.385)	4.322.820
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	1.026.761	(831.933)	194.828
Outros	1.381.677	(1.215.299)	166.378	3.648.210	(2.853.699)	794.511
Provisões para perda	(17.210)	-	(17.210)	(25.058)	-	(25.058)
Bens e instalações em andamento	592.039	-	592.039	983.968	-	983.968
Total	47.562.959	(37.813.212)	9.749.747	74.259.727	(57.257.265)	17.002.462

Em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.445.943	(10.204.823)	1.241.120	15.084.380	(13.133.295)	1.951.085
Equipamentos e meios de transmissão	19.802.238	(15.738.322)	4.063.916	30.051.932	(23.289.097)	6.762.835
Equipamentos terminais/Modem	4.634.852	(3.671.023)	963.829	8.830.900	(7.283.847)	1.547.053
Infraestrutura	8.483.629	(5.837.164)	2.646.465	13.124.946	(8.504.974)	4.619.972
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	907.865	(728.696)	179.169
Outros	1.384.460	(1.176.466)	207.994	3.546.825	(2.758.443)	788.382
Provisões para perda	(17.467)	-	(17.467)	(23.435)	-	(23.435)
Bens e instalações em andamento	585.660	-	585.660	1.328.859	-	1.328.859
Total	46.319.315	(36.627.798)	9.691.517	72.852.272	(55.698.352)	17.153.920

12.b) Movimentação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas	Depreciação	Saldo em 30.09.12
Equipamentos de comutação	1.241.120	30.082	-	121.210	(189.405)	1.203.007
Equipamentos e meios de transmissão	4.063.916	245.293	(2.741)	250.189	(343.161)	4.213.496
Equipamentos terminais/Modem	963.829	498.196	-	(3.587)	(404.674)	1.053.764
Infraestrutura	2.646.465	11.358	(473)	85.692	(204.769)	2.538.273
Outros	207.994	395	(622)	1	(41.390)	166.378
Provisões para perda (a)	(17.467)	257	-	-	-	(17.210)
Bens e instalações em andamento	585.660	476.453	(15.364)	(454.710)	-	592.039
Total	9.691.517	1.262.034	(19.200)	(1.205)	(1.183.399)	9.749.747

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas (c)	Depreciação	Saldo em 30.09.12
Equipamentos de comutação	1.951.085	45.483	(9.818)	495.395	(334.090)	2.148.055
Equipamentos e meios de transmissão	6.762.835	251.058	31.605	751.656	(811.138)	6.986.016
Equipamentos terminais/Modem	1.547.053	853.863	(642)	(22.912)	(780.040)	1.597.322
Infraestrutura (a)	4.619.972	31.676	(94.996)	286.302	(520.134)	4.322.820
Materiais e equip. de televisão	179.169	89.998	-	21.789	(96.128)	194.828
Outros	788.382	142.133	(2.514)	46.683	(180.173)	794.511
Provisões para perda (b)	(23.435)	(1.623)	-	-	-	(25.058)
Bens e instalações em andamento	1.328.859	1.291.764	(15.427)	(1.621.228)	-	983.968
Total	17.153.920	2.704.352	(91.792)	(42.315)	(2.721.703)	17.002.462

- (a) Os valores de baixas líquidas incluem o montante de R\$61.401, referente à alienação de 1.424 torres não estratégicas de propriedade da Vivo.
- (b) A Companhia e suas controladas reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (c) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se a R\$1.610 de transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível e R\$40.705 dos valores residuais das operações de vendas de torres e *rooftops*, que serão reconhecidos como baixas líquidas no momento do reconhecimento das respectivas receitas.

Notas Explicativas

12.c) Taxas de depreciação

Os ativos imobilizados são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

Equipamentos de comutação	10,00 a 33,33
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 14,29
Equipamentos terminais/modens	10,00 a 66,67
Infraestrutura	4,00 a 66,67
Materiais e equipamentos de televisão	8,00 a 20,00
Outros ativos imobilizados	10,00 a 20,00

12.d) Bens do imobilizado em garantia

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais no montante consolidado de R\$106.272 (R\$70.317 em 31 de dezembro de 2011).

13. INTANGÍVEL LÍQUIDO

13.a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Ágios	-	-	10.225.280	10.225.280
Outros intangíveis	15.957.750	16.565.398	19.053.437	19.828.404
Total	15.957.750	16.565.398	29.278.717	30.053.684

A seguir apresentamos a abertura dos ágios em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	R\$ mil
Ajato Telecomunicações Ltda.	149
Ágio Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	7.169.577
Telemig Celular S. A. (e)	133.896
Telemig Celular Participações S. A. (e)	1.485.172
Global Telecom S. A. (e)	204.762
Tele Centro Oeste Celular Participações S. A. (e)	150.930
Ceterp Celular S. A. (e)	16.151
Total	10.225.280

- (a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações Ltda. (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
- (c) Ágio gerado na aquisição da TTP (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
- (d) Ágio gerado na aquisição da Vivo Part. em abril de 2011.
- (e) Ágios oriundos da Vivo Part., vertidos para a Companhia através da incorporação ocorrida em 2011.

O saldo de outros intangíveis estava composto como segue em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.183.166	(2.594.887)	588.279	9.349.379	(7.408.266)	1.941.113
Carteira de clientes	1.990.278	(319.314)	1.670.964	2.114.561	(443.597)	1.670.964
Marcas e Patentes	1.601.408	(85.716)	1.515.692	1.643.511	(127.819)	1.515.692
Licença	12.644.000	(464.000)	12.180.000	15.937.573	(2.074.874)	13.862.699
Fundo de comércio	-	-	-	23.898	(23.898)	-
Outros	187.711	(184.896)	2.815	715.127	(688.521)	26.606
Softwares em andamento	-	-	-	36.363	-	36.363
Total	19.606.563	(3.648.813)	15.957.750	29.820.412	(10.766.975)	19.053.437

Em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.003.719	(2.411.994)	591.725	8.744.914	(6.883.758)	1.861.156
Carteira de clientes	1.990.278	(127.447)	1.862.831	2.114.561	(251.730)	1.862.831
Marcas e Patentes	1.601.408	(22.562)	1.578.846	1.643.511	(64.665)	1.578.846
Licença	12.644.000	(116.000)	12.528.000	15.937.373	(1.577.392)	14.359.981
Fundo de comércio	-	-	-	38.800	(31.116)	7.684
Outros	187.711	(183.715)	3.996	683.021	(658.554)	24.467
Software em Andamento	-	-	-	133.439	-	133.439
Total	19.427.116	(2.861.718)	16.565.398	29.295.619	(9.467.215)	19.828.404

13.b) Movimentação

	Controladora					Saldo em 30.09.12
	Saldo em 31.12.11	Adições	Transferências líquidas	Amortização	Saldo em 31.12.11	
Softwares	591.725	178.239	1.205	(182.890)	588.279	
Carteira de clientes	1.862.831	-	-	(191.867)	1.670.964	
Marcas e patentes	1.578.846	-	-	(63.154)	1.515.692	
Licença	12.528.000	-	-	(348.000)	12.180.000	
Outros	3.996	-	-	(1.181)	2.815	
Total	16.565.398	178.239	1.205	(787.092)	15.957.750	

	Consolidado					Saldo em 30.09.12
	Saldo em 31.12.11	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas (a)	Amortização	
Softwares	1.861.156	381.537	(31)	273.973	(575.522)	1.941.113
Carteira de clientes	1.862.831	-	-	-	(191.867)	1.670.964
Marcas e Patentes	1.578.846	-	-	-	(63.154)	1.515.692
Licença	14.359.981	200	-	-	(497.482)	13.862.699
Fundo de comércio	7.684	-	-	(7.684)	-	-
Outros	24.467	8.208	-	-	(6.069)	26.606
Softwares em andamento	133.439	175.287	-	(272.363)	-	36.363
Total	19.828.404	565.232	(31)	(6.074)	(1.334.094)	19.053.437

(a) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se a R\$1.610 de transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível e R\$7.684 de transferências do Fundo de Comércio para despesas antecipadas.

13.c) Taxas de amortização

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

	Controladora	Consolidado
Direito de uso de <i>software</i>	20,00	20,00 a 33,33
Carteira de clientes	10,00	9,00 a 15,00
Marcas e patentes	5,00	5,00
Licenças	3,60 a 20,00	3,60 a 20,00
Fundo de comércio	-	Conforme prazos contratuais
Outros ativos intangíveis	10,00 a 20,00	10,00 a 20,00

Notas Explicativas

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Salários e remunerações	36.029	36.817	40.738	40.651
Encargos e benefícios sociais	134.089	95.222	300.937	223.359
Participação de empregados nos resultados	69.770	112.392	123.720	214.983
Outros	-	7	-	16.631
Total	239.888	244.438	465.395	495.624

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Fornecedores diversos (a)	1.553.399	1.931.462	4.069.913	5.339.947
Valores a repassar	85.299	61.694	143.941	146.437
Interconexão / Interligação	340.382	403.831	540.466	521.901
Assistência técnica	-	-	-	29.030
Total	1.979.080	2.396.987	4.754.320	6.037.315

- (a) O montante consolidado em 31.12.11 está ajustado em R\$44.296, referente ao “ônus do contrato de renovação das licenças de autorização” da Vivo, transferido para “Outras Obrigações” (nota 21).

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Tributos sobre a renda	-	-	325.085	129.610
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	325.085	129.610
Tributos indiretos	533.989	732.577	1.876.340	1.995.452
ICMS (b)	425.298	588.631	1.486.311	1.585.884
PIS e COFINS	90.506	118.295	289.253	319.981
Fust e Funttel	11.988	18.050	31.880	38.306
Outros	6.197	7.601	68.896	51.281
Total	533.989	732.577	2.201.425	2.125.062
Circulante	503.349	700.187	1.729.890	1.691.991
Não circulante	30.640	32.390	471.535	433.071

- (a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.
- (b) A parcela do não circulante, inclui o valor de R\$420.244 em 30 de setembro de 2012 (R\$380.271 em 31 de dezembro de 2011) referentes ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, e relativo à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorra sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA).

Notas Explicativas

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

17.1 – Empréstimos e Financiamentos

	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				30.09.12 (*)	31.12.11 (*)	30.09.12 (*)	31.12.11 (*)
Financiamento – BNDES (a)	URTJLP (**)	TJLP+3,73%	15/05/15	1.034.850	1.327.147	1.034.850	1.327.147
Financiamento – BNDES (a)	URTJLP (**)	TJLP+1,73%	15/05/15	56.011	71.821	56.011	71.821
Financiamento – BNDES	BRL	5,50%	15/01/21	1.945	1.912	1.945	1.912
Empréstimo – Mediocredito	US\$	1,75%	02/02/14	9.191	14.027	9.191	14.027
Empréstimo – Capital Giro	BRL	108,90% CDI	-	-	91.570	-	91.570
Empréstimo – Resolução 4131	US\$	4,10%	25/10/13	320.072	282.205	320.072	282.205
Financiamento – BNDES (b)	URTJLP (**)	TJLP+0% a 4,30%	15/07/19	-	-	1.984.584	1.659.858
Financiamento – BNDES (b)	UMBND (***)	5,94%	15/07/19	-	-	445.392	194.276
Financiamento – BNDES (c)	R\$	4,50% a 5,50%	15/10/20	-	-	150.823	135.471
Empréstimos – BEI	US\$	4,18% a 4,47%	02/03/15	-	-	781.412	707.975
Financiamento – BNB	R\$	10,00%	30/10/16	-	-	364.526	438.279
Comissão BBVA	-	0,43%	28/02/15	-	-	237	221
Financiamento - BNDES	URTJLP (**)	TJLP+5,0%	15/01/15	-	-	2.622	-
Financiamento – BNDES (d)	URTJLP (**)	TJLP+5,70%	15/04/16	-	-	2.493	2.071
Financiamento – BNDES (d)	URTJLP (**)	TJLP+9,00%	15/04/16	-	-	2.052	2.341
Financiamento - BNDES PSI (c)	R\$	5,50% e 8,70%	15/04/16	-	-	26.918	17.628
Financiamento - Leasing	R\$	14,70%	09/11/13	-	-	453	726
Total				1.422.069	1.788.682	5.183.581	4.947.528
Circulante				417.619	510.899	918.160	988.413
Não circulante				1.004.450	1.277.783	4.265.421	3.959.115

(*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

(**) URTJLP – Unidade de referencia da taxa de juros de longo prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.

(***) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- a) Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para a Telefônica Brasil para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.
- b) Em agosto de 2007, a Vivo contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R\$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e em 31 de dezembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.

Em 14 de outubro de 2011 foi contratada, junto ao BNDES, uma linha de financiamento no valor total de R\$3.031.110. Os recursos desta linha serão destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15 de julho de 2014 onde serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal mensais e sucessivas em 60 prestações.

Notas Explicativas

Como dois dos cinco sub créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foram efetuadas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas definidas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado resultou em um saldo até 30 de setembro de 2012 de R\$19.096 (R\$21.418 em 31 de dezembro de 2011).

Até 30 de setembro de 2012 foram liberados R\$1.802.290 (R\$1.004.177 em 31 de dezembro de 2011).

- c) Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no valor de até R\$319.927 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos estão sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 30 de setembro de 2012 foram liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 foi cancelado.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/CPC 38, foram efetuadas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre (i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e (ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado resultou em um saldo até 30 de setembro de 2012 de R\$25.159 (R\$29.007 em 31 de dezembro de 2011).

Com o processo de conferência de acervo patrimonial (nota 2.1.b), a Vivo passou a responder pelos contratos de financiamento que antes pertenciam à extinta Vivo Part., cujo saldo era de R\$27.707 em 30 de setembro de 2012 (R\$24.848 em 31 de dezembro de 2011).

- d) Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento para a Comercial Cabo TV São Paulo no valor total de R\$40.163 junto ao BNDES. Até 30 de setembro de 2012 foram liberados R\$37.263 (R\$24.237 em 31 de dezembro de 2011). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou em 30 de setembro de 2012 em R\$2.544 (R\$2.401 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

- e) Em dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento para a Companhia no valor total de R\$5.417 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Em 30 de setembro de 2012 o saldo era de R\$1.945 (R\$1.912 em 31 de dezembro de 2011). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou em 30 de setembro de 2012 em R\$342 (R\$376 em 31 de dezembro de 2011).

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e *Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale)* no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a Companhia dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um *hedge* efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 30 de setembro de 2012 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo junto ao BEI no valor €250 milhões (equivalente na contratação à U\$365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

Banco do Nordeste – BNB

Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Notas Explicativas

17.2 – Debêntures

	Moeda	Controladora/Consolidado		30.09.12	31.12.11
		Encargos	Vencimento		
Debêntures (2ª emissão) – Série 2	R\$	106,00% do CDI		-	346.470
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R\$	108,00% a 112,00% do CDI	15/10/13	768.564	756.617
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R\$	IPCA+7,00%	15/10/14	98.380	87.390
Debêntures (1ª emissão) – Telemig	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	70.719	67.935
Debêntures (3ª emissão)	R\$	100,00% do CDI + 0,75	10/09/17	2.006.857	-
Custo de emissões	R\$			(1.093)	(1.981)
Total				2.943.427	1.256.431
Circulante				141.334	468.624
Não circulante				2.802.093	787.807

Captação pela Vivo Part.

2ª Emissão

No âmbito do primeiro programa de distribuição de valores mobiliários no valor de R\$2 bilhões anunciado em 20 de agosto de 2004, a Vivo Part. emitiu, em 1º de maio de 2005, debêntures relativas à 2ª emissão, no valor de R\$1 bilhão, com prazo de duração de dez anos, contados da data de emissão em 1º de maio de 2005.

Esta oferta consistiu na emissão em duas séries, sendo R\$200 milhões na primeira série e R\$800 milhões na segunda série com vencimento final em 4 de maio de 2015. As debêntures da primeira série foram resgatadas antecipadamente em 31 de janeiro de 2011 e as da segunda série rendem juros, com pagamentos semestrais correspondentes a 106,0% (segunda série) da acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de um dia, extra grupo (taxas DI), calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP S.A.).

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou sobre a aprovação da transferência das debêntures da 2ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

2ª Série

Em 3 de maio de 2010, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 2ª emissão da Vivo Part. de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2010. O valor total repactuado foi de R\$340.230 e a Vivo Part. resgatou e cancelou as debêntures dissidentes no valor de R\$459.770. O novo período de vigência é de 24 meses, a contar de 1º de maio de 2010, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração ora definidas. Durante esse segundo período de vigência da remuneração (até 1º de maio de 2012), as debêntures da Vivo Part. fizeram jus a uma remuneração de 106,00% da taxa média dos depósitos interbancários de um dia, denominada taxa DI over extra grupo, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 4.9 da “escritura de 2ª emissão”.

Notas Explicativas

Em 13 de abril de 2012 foi aprovado pelo Conselho de Administração o resgate antecipado das debêntures da 2ª série da 2ª emissão. O resgate ocorreu em 2 de maio de 2012, foi resgatada a totalidade das debêntures, quantidade de 21.936 no valor de R\$219.360, nos seguintes termos e condições: as debêntures foram resgatadas e canceladas, o resgate foi realizado pelo valor nominal unitário, acrescido da remuneração devida até a data do pagamento e não houve pagamento de prêmio, pois a data do resgate coincidiu com a data do vencimento da repactuação. O restante das debêntures em circulação foi recomprado nos dias 9 e 10 de abril de 2012, nas quantidades de 539 e 11.548 respectivamente, totalizando R\$120.870, considerando a Cláusula de Aquisição Facultativa da Escritura e posteriormente canceladas.

4ª Emissão

No dia 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Part. aprovou a 4ª emissão pública, pela Vivo Part., de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Vivo Part. e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de "Bookbuilding".

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.

As repactuações de cada série estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 1ª série em 15 de outubro de 2012 (nota 36), 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Vivo Part. e para reforço do seu capital de giro.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 30 de setembro de 2012 era de R\$1.093 (R\$1.981 em 31 de dezembro de 2011), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada no dia 29 de julho de 2011, ocorreu a deliberação sobre a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta para a repactuação da 1ª série da 4ª emissão, no valor de R\$98 milhões de reais a 106% CDI, programada para ocorrer em 15 de outubro de 2012.

Captação pela Telemig Celular S.A.(Telemig, empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010)

1ª Emissão

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures emitidas pela Telemig (empresa incorporada em 1º de junho de 2010), no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, a Telemig viabilizaria o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

Captação pela Companhia

3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R\$2 bilhões de reais, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos.

Notas Explicativas

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para: (i) investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (4G), especificamente para liquidar o preço da autorização obtida pela Vivo no leilão 4G; e (ii) na manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

17.3 – Cronograma de pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e debêntures em 30 de setembro de 2012 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	1.067.929	1.179.101
2014	496.556	1.197.438
2015	170.152	1.143.659
2016	33	438.382
2017 em diante	2.071.873	3.108.934
Total	3.806.543	7.067.514

17.4 – Cláusulas restritivas

A Companhia e a Vivo possuem empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 30 de setembro de 2012 era de R\$3.520.837 (R\$3.253.102 em 31 de dezembro de 2011). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 30 de setembro de 2012 era de R\$865.851 (R\$842.026 em 31 de dezembro de 2011), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

O contrato da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010) com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, relativo às debêntures, cujo saldo em 30 de setembro de 2012 era de R\$70.719 (R\$67.935 em 31 de dezembro de 2011), possui cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

17.5 - Garantias

Em 30 de setembro de 2012, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$1.984.584 (URTJLP) R\$445.392 (UMBND) R\$150.823 (Contrato PSI - Vivo)	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato (2007) R\$591.355: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Contrato (PSI) R\$150.823: alienação dos ativos financiados. • Contrato (2011) R\$1.838.621: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Telefônica Brasil é interveniente garantidora
Banco Europeu de Investimento – BEI	R\$781.412	<ul style="list-style-type: none"> • Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$364.526	<ul style="list-style-type: none"> • Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. • Telefônica Brasil é interveniente fiadora.

18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A seguir, demonstramos os saldos a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio a receber e a pagar.

a) Composição dos saldos a receber:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30.09.12</u>	<u>31.12.11</u>
Vivo S.A.	202.298	171.907
Aliança Atlântica Holding B.V.	1.140	-
Companhia AIX de Participações	-	772
Total	<u>203.438</u>	<u>172.679</u>

b) Movimentação dos saldos a receber:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31.12.11	<u>172.679</u>
Dividendos complementares de investidas de 2011	733.977
Dividendos intermediários de investidas de 2012	505.000
Recebimentos de dividendos e juros sobre o capital	(1.208.218)
Saldo em 30.09.12	<u>203.438</u>

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de suas controladas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

Notas Explicativas

c) Composição dos saldos a pagar:

	Controladora/Consolidado	
	30.09.12	31.12.11
Telefônica Internacional S.A.	262.002	156.589
SP Telecomunicações Participações Ltda.	164.452	126.283
Telefônica S. A.	216.658	129.489
Compañia de Telecomunicaciones de Chile S. A.	519	310
Acionistas não controladores (a)	649.315	560.315
Total	1.292.946	972.986

(a) Os saldos de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar aos acionistas não controladores referem-se a valores declarados e ainda não pagos, e a valores ainda não reclamados.

d) Movimentação dos saldos a pagar:

	Consolidado
Saldo em 31.12.11	972.986
Dividendos complementares de 2011, conforme AGO	1.953.029
Prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(62.340)
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital	(1.573.713)
Outros movimentos	2.984
Saldo em 30.09.12	1.292.946

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

19. PROVISÕES

A composição dos saldos das provisões em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Provisões para demandas judiciais e administrativas				
Trabalhistas	473.308	425.486	588.476	526.210
Tributárias	1.314.347	1.146.930	1.919.374	1.606.735
Cíveis e regulatório	546.817	490.823	749.660	664.703
Subtotal	2.334.472	2.063.239	3.257.510	2.797.648
Provisão para benefícios pós-emprego (a)	307.267	291.178	327.809	308.893
Passivo contingente (b)	256.742	256.044	256.742	256.044
Provisão para desmobilização (c)	13.470	13.657	185.069	200.813
Total	2.911.951	2.624.118	4.027.130	3.563.398
Circulante	318.718	287.137	460.913	416.313
Não circulante	2.593.233	2.336.981	3.566.217	3.147.085

- (a) Refere-se às provisões atuariais para os planos de benefícios pós emprego, registradas pela Companhia e controladas (nota 34).
 (b) Decorrente do PPA gerado na aquisição do controle da Vivo Part.. em 2011 (nota 3).
 (c) Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolverem aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de rádios base e imóveis administrativos da Companhia e controladas) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Notas Explicativas

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

Os quadros a seguir demonstram as movimentações ocorridas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012:

	Controladora						
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Provisão para benefícios pós-emprego	Passivo contingente	Provisão para desmobilização	Total
Saldos em 31.12.11	425.486	1.146.930	490.823	291.178	256.044	13.657	2.624.118
Ingressos	49.200	97.126	96.131	19.419	-	-	261.876
Baixas por pagamento	(5.178)	(242)	(18.622)	(3.330)	-	-	(27.372)
Baixas por reversão	(8.768)	-	(57.240)	-	(9.064)	(187)	(75.259)
Atualização monetária	12.568	70.533	35.725	-	9.762	-	128.588
Saldos em 30.09.12	473.308	1.314.347	546.817	307.267	256.742	13.470	2.911.951
Circulante	38.642	-	280.076	-	-	-	318.718
Não circulante	434.666	1.314.347	266.741	307.267	256.742	13.470	2.593.233

	Consolidado						
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Provisão para benefícios pós-emprego	Passivo contingente	Provisão para desmobilização	Total
Saldos em 31.12.11	526.210	1.606.735	664.703	308.893	256.044	200.813	3.563.398
Ingressos	74.912	224.629	180.636	22.246	-	-	502.423
Baixas por pagamento	(15.958)	(7.365)	(79.414)	(3.330)	-	-	(106.067)
Baixas por reversão	(9.642)	(229)	(57.567)	-	(9.064)	(15.346)	(91.848)
Atualização monetária	12.954	95.604	41.302	-	9.762	(398)	159.224
Saldos em 30.09.12	588.476	1.919.374	749.660	327.809	256.742	185.069	4.027.130
Circulante	77.982	20.723	362.208	-	-	-	460.913
Não circulante	510.494	1.898.651	387.452	327.809	256.742	185.069	3.566.217

19.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Provável	473.308	425.486	588.476	526.210
Possível	84.215	194.564	299.967	404.262

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (esses alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros, falta de pagamento de horas extraordinárias; equiparação salarial; complementos salariais de aposentadoria; remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (PAMA), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no Plano Médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referentes a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

19.2 Provisões e Contingências Tributárias

	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Grau de Risco				
Provável	1.314.347	1.146.930	1.919.374	1.606.735
Possível	6.157.290	6.032.640	12.718.419	11.679.158

Provisões tributárias

Tributos Federais

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia mantinha discussões administrativas e judiciais relativas à (a) Contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados); (b) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela empresa; (c) contribuições sociais referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (d) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como royalties; (e) Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST; (f) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (g) TFI/TFF sobre estações móveis; (h) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (i) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (j) IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pelas empresas; (k) compensação de FINSOCIAL; (l) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (m) COFINS - exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (n) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; (o) Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL); e (p) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública (EBC). Em 30 de setembro de 2012, os montantes provisionados totalizavam R\$1.301.897 (R\$1.146.219 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$1.828.209 (R\$1.530.789 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Notas Explicativas

Tributos Estaduais

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (a) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (b) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (c) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (d) ICMS sobre assinatura de TV; e (e) multa administrativa ambiental. Em 30 de setembro de 2012, os montantes provisionados totalizavam R\$32 (R\$14 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$66.741 (R\$63.625 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Tributos Municipais

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável. Em 30 de setembro de 2012, os montantes provisionados totalizavam R\$12.418 (R\$697 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$16.398 (R\$4.531 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Referidas ações versam sobre: (a) IPTU; (b) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; (c) Taxa de Vigilância, Controle e Fiscalização (TVCF).

Outras Provisões

Em 30 de setembro de 2012, existiam provisões desvinculadas a demandas, administrativa ou judicial que versam sobre ISS referente à efetiva prestação dos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza. Em 30 de setembro de 2012, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$8.026 (R\$7.790 em 31 de dezembro de 2011).

Contingências tributárias possíveis

Tributos Federais

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 30 de setembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$1.425.818 (R\$1.620.268 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$3.165.211 (R\$3.185.747 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Notas Explicativas

Dentre as ações, destacam-se: (a) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela empresa; (b) multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; (c) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições ao empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (d) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (e) PIS incidente sobre *roaming*; (f) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central; (g) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (h) glosa de custos e despesas diversas; (i) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (j) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (k) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (l) IRPJ sobre operações com derivativos; (m) Compensação de imposto sobre o lucro líquido; (n) IRPJ e CSLL - glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e ágio decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo; (o) compensação da COFINS, com créditos decorrentes do excedente a 1/3 da própria COFINS.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Estaduais

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Em 30 de setembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$3.450.038 (R\$2.934.325 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$5.118.721 (R\$4.172.479 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Dentre as ações, destaca-se: (a) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de modem *Speedy*; (b) ligações internacionais (DDI); (c) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo; (d) falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (e) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (f) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o estado de São Paulo; (g) *co-billing*, (h) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (i) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (j) atividades-meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (k) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (l) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (m) cobrança diferida do ICMS-interconexão (DETRAF - Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços); (n) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (o) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (p) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (q) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (r) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; e (s) estorno de crédito decorrente de operação de estorno e comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos).

Notas Explicativas

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Municipais

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias. Em 30 de setembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$380.851 (R\$329.477 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$536.056 (R\$471.876 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Dentre as ações, destaca-se: (a) ISS – atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) ISS retenção na fonte; (c) IPTU; (d) Taxa de Uso do Solo; (e) diversas Taxas Municipais; (f) tarifa de Uso da Rede Móvel (TU-M), locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; (h) serviços prestados por terceiros; (i) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); (j) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

ANATEL

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

Mandados de Segurança impetrado, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 30 de setembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$690.794 (R\$718.010 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$1.769.162 (R\$1.719.531 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. Em 30 de setembro de 2012, os montantes envolvidos totalizavam R\$187.998 (R\$232.343 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$588.135 (R\$622.606 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

Referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Notas Explicativas

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (Operadoras Fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (Operadoras Móveis), a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam, em âmbito judicial, referida taxa. Em 30 de setembro de 2012, os valores envolvidos totalizavam R\$21.791 (R\$197.666 em 31 de dezembro de 2011) na controladora com depósito integral e R\$1.539.019 (R\$1.504.365 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado, sem o respectivo depósito judicial.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

PPNUM - Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração

A Vivo, em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. Em 30 de setembro de 2012, o valor envolvido totalizava R\$2.115 (R\$1.977 em 31 de dezembro de 2011).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública (EBC)

Em 26 de maio de 2009, o Sinditelebrasil – Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ingressou com Mandado de Segurança questionando a nova contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada pela Lei nº 11.652/08. Não houve despacho liminar, sendo que as operadoras filiadas ao referido sindicato obtiveram autorização judicial para efetuar o depósito da quantia em discussão. O processo aguarda decisão de 1ª instância judicial. Em 31 de dezembro de 2011 os valores envolvidos totalizavam R\$551 na controladora (com depósito no montante integral) e R\$577 no consolidado.

19.3 Provisões e Contingências Cíveis/Regulatórias

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Provável	546.817	490.823	749.660	664.703
Possível	1.976.532	1.429.616	2.599.525	1.978.973

Notas Explicativas

Provisões cíveis

a) A Companhia e suas controladas são parte em demandas de natureza cível, nas esferas administrativa e judicial que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços. Estas demandas são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores, PROCON, bem como Ministérios Público Estadual e Federal. De igual modo, as empresas, também figuram como demandadas, ou demandantes, em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas daquelas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 30 de setembro de 2012, foi provisionado o montante de R\$219.897 (R\$191.960 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$393.028 (R\$341.351 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado.

b) A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente, não são consideradas relevantes, tendo como base para análise da provisão, a estatística da média histórica de condenação para ações semelhantes. Em 30 de setembro de 2012, foi provisionado o montante na controladora e consolidado de R\$78.016 (R\$81.539 em 31 de dezembro de 2011).

Provisões regulatórias

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. A avaliação de perda destes processos é provável tendo sido constituída provisão no montante de R\$278.616 (R\$248.904 na controladora, sendo R\$170.591 referente à provisão dos processos administrativos e R\$78.313 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados) em 30 de setembro de 2012 e R\$241.813 (R\$217.324 na controladora, sendo R\$183.073 referente à provisão dos processos administrativos e R\$34.251 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados) em 31 de dezembro de 2011.

Contingências cíveis possíveis

a) Plano Comunitário de Telefonia – PCT: Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$225.031 na controladora e consolidado. Esse processo foi considerado como de risco de perda possível pelos consultores jurídicos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para telefonia do município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

Notas Explicativas

b) Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da Sistel no Estado de São Paulo – pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese restabelecimento ao “status quo” anterior. O processo está ainda em fase de instrução processual, pelo que não há decisão judicial em nenhuma instância. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

c) Ações Cíveis Públicas propostas pela (i) ASTEL – Associação dos Participantes da SISTEL no Estado de São Paulo e pela (ii) FENAPAS - Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação, ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS-espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos consultores jurídicos é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

d) O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação cível pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação cível pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

e) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações cíveis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante de R\$1.221.727 no consolidado e R\$618.604 na controladora, onde a análise do grau de risco de perda pelos consultores jurídicos é possível.

f) A Companhia e suas controladas vêm recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais), nas quais a análise do grau de risco de perda possível feita pelos consultores jurídicos representa um montante de R\$18.658 no consolidado e R\$7.257 na controladora.

Notas Explicativas

g) Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (Lune), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Vivo se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Vivo ao pagamento de indenização por royalties, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, ainda sem julgamento, bem como interposto recurso de Apelação em face da Sentença, também no aguardo de julgamento. Acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável é possível. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

h) Validade de plano pré-pago: A Vivo, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL, acreditamos, com base na opinião de consultores jurídicos, que a probabilidade de um resultado desfavorável com relação a esta afirmação é possível, exceto para ações coletivas contra a Telemig, para o qual a probabilidade de um resultado desfavorável em relação a esta alegação é considerada remota, também com base na opinião de consultores jurídicos.

Contingências regulatórias possíveis

a) A Companhia e suas controladas mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível consolidada no montante de R\$1.134.109 (sendo R\$1.125.640 na controladora, dos quais R\$935.244 referente à avaliação dos processos administrativos, R\$154.838 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados e R\$35.558 referente à avaliação de outros processos judiciais).

b) Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP: De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Notas Explicativas

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também, as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo, no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

c) Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91: Trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), por Global Village Telecom Ltda (GVT), Intelig Telecomunicações Ltda (Intelig), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. (Claro), Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. (TIM), TNL SCS S.A. (Oi) e Vivo, por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VU-M, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico (SDE) instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos V do artigo 21 e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VU-M e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VU-M; (iii) recomendou a condenação da Vivo, TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV c/c o artigo 21, inciso V, todo da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes (*price squeeze*).

O processo está no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), em instrução, para posterior julgamento.

A opinião dos consultores jurídicos da Companhia é de que o Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91 deve ser classificado como de risco possível de perda e, portanto, não foi constituída provisão. Caso o CADE venha a condenar as representadas apenas por *price squeeze*, estima-se que a multa pode variar de 0,1% a 0,5% do faturamento bruto da Vivo em 2006. Todavia na remota hipótese do CADE entender pela configuração de cartel, inicialmente afastada pela SDE, estima-se que a multa poderá variar entre 10 e 15% do faturamento bruto da Vivo em 2006.

Vale ressaltar que a Lei nº 12.529/12 entrou em vigor no dia 29 de maio de 2012 e ainda não existem casos decididos pelo CADE, aplicando os novos critérios. A estimativa aqui indicada se baseia em uma conta proporcional que considerou jurisprudência anterior e os critérios da Lei nº 8884/94.

19.4. Garantias

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	106.272	4.012.260	1.844.590
Saldo final	106.272	4.012.260	1.844.590

Além das garantias citadas no quadro anterior, em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam valores em garantia a processos judiciais (contas correntes bancárias e/ou aplicações financeiras bloqueadas judicialmente) no montante de R\$58.579 (R\$73.205 em 31 de dezembro de 2011), conforme divulgado na nota 8.

20. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Receita de habilitação (a)	60.569	67.672	60.569	67.672
Cartões indutivos	7.325	15.783	7.325	15.783
Serviços e mercadorias (b)	-	-	600.230	583.751
Alienação de ativos imobilizados (c)	-	-	554.889	-
Subvenções governamentais (d)	44	44	8.305	8.322
Programa de fidelização (e)	-	-	82.327	68.821
Outras receitas	2.172	1.457	24.382	16.919
Total circulante	70.110	84.956	1.338.027	761.268
Receita de habilitação (a)	36.675	30.792	36.675	30.792
Serviços e mercadorias (b)	-	-	39.132	48.095
Doações de equipamentos (f)	-	-	17.880	22.638
Subvenções governamentais (d)	298	331	38.836	44.880
Outras receitas	7.815	7.493	2.684	9.861
Total não circulante	44.788	38.616	135.207	156.266

- a) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.
- b) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes e de alienação de ativos.
- c) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, de propriedade da Vivo que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil (nota 12b).
- d) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.
- e) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Vivo mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, troca esta, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. O valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferido e reconhecido como receita no momento do resgate dos pontos.
- f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

Notas Explicativas

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Retenções de terceiros	51.410	155.503	127.632	252.807
Valores a restituir a assinantes	64.135	53.882	70.033	59.265
Arrendamento mercantil (a)	11.669	11.669	11.669	11.669
Dívidas com partes relacionadas	99.438	138.900	35.996	66.490
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1) (b)	72.656	-	166.350	44.296
Outros credores	16.918	14.654	23.855	32.087
Total circulante	316.226	374.608	435.535	466.614
Arrendamento mercantil (a)	537	9.398	537	9.398
Dívidas com partes relacionadas	3.890	5.119	3.880	4.976
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15.583	15.160	15.627	15.160
Mútuo assunção de dívida e parcelamento	-	-	-	21.587
Outros credores	14.549	15.262	16.633	17.137
Total não circulante	34.559	44.939	36.677	68.258

(a) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática.

(b) O montante consolidado em 31.12.11 está ajustado em R\$44.296, referente ao "ônus do contrato de renovação das licenças" da Vivo, transferido de "Fornecedores" (nota 15).

b) Arrendamento mercantil

	30.09.12	31.12.11
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	13.018	23.920
Despesa financeira não realizada	(812)	(2.853)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	12.206	21.067
Circulante	11.669	11.669
Não circulante	537	9.398

Cronograma de vencimentos:

	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	11.669	11.669
A vencer a mais de um ano e até cinco anos	1.349	537
Total	13.018	12.206

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período findo em 30 de setembro de 2012.

c) Compromissos e garantias (aluguéis)

A Companhia aluga equipamentos e instalações bem como a Vivo é arrendadora de diversas lojas e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base (ERB's), por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 30 de setembro de 2012, os valores totais equivalentes ao período integral do contrato, eram de R\$5.209.310 e R\$8.844.709, na controladora e consolidado, respectivamente.

Estes compromissos com aluguel, lojas e *sites* sob contratos não canceláveis apresentam os seguintes prazos:

Notas Explicativas

	Controladora	Consolidado
Até um ano	524.239	1.904.444
Um ano até cinco anos	2.215.699	3.099.228
Mais de cinco anos	2.469.372	3.841.037
Total	5.209.310	8.844.709

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a. Capital Social**

O capital social realizado em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	30.09.12	31.12.11
Capital total em ações		
Ordinárias	381.587.111	381.587.111
Preferenciais	744.014.819	744.014.819
Total	1.125.601.930	1.125.601.930
Ações em tesouraria		
Ordinárias	(251.440)	(239.740)
Preferenciais	(2.081.246)	(1.477.546)
Total	(2.332.686)	(1.717.286)
Ações em circulação		
Ordinárias	381.335.671	381.347.371
Preferenciais	741.933.573	742.537.273
Total	1.123.269.244	1.123.884.644
Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$	39,48	38,55

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas – Lei 6404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do estatuto social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Em abril de 2011, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$31.222.630 decorrente da incorporação de 100% das ações da Vivo Part. pela Companhia, aprovada em assembleia do dia 27 de abril de 2011 (nota 3) correspondente a 619.364.658 (seiscentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito) ações, sendo 212.767.241 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e sete mil e duzentos e quarenta e uma) ações ordinárias e 406.597.417 (quatrocentos e seis milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quatrocentos e dezessete) ações preferenciais.

b. Prêmio pago na aquisição de participação de acionistas não controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/ CPCs, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Conseqüentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, incluindo as despesas capitalizadas no processo foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O processo de aquisição das participações dos acionistas não controladores na Lemontree e GTR (descrito na nota 2.1e) resultou no montante de R\$40.519. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2012 era de R\$70.448 (R\$29.929 em 31 de dezembro de 2011).

c. Reservas de Capital

Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$63.074.

Outras Reservas de Capital

Reserva decorrente do processo de incorporação das *holdings*: TBS Celular Participações Ltda, Portelcom Participações S.A. e PTelecom Brasil S.A. pela Vivo Part., a qual foi registrada na Companhia com a incorporação da Vivo Part. Esta reserva (R\$47.723), poderá ser utilizada para futuro aumento de capital pela Companhia. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$2.735.930.

Notas Explicativas

Ações em tesouraria

Em 7 de novembro de 2011, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração, para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para esta recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 30 de junho de 2011, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80. Esta recompra tem início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 6 de novembro de 2012, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e na quantidade máxima de até 2.912.734 ações ordinárias e até no máximo de 25.207.477 ações preferenciais.

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria e que são provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinária e preferenciais, sendo o valor até 30 de setembro de 2012 de R\$94.385, sendo que o custo médio de aquisição foi de R\$44,74 para as ações ordinárias e R\$48,82 para as ações preferenciais, que correspondem a 40.700 ações ordinárias e 1.896.000 ações preferenciais. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2012 era de R\$112.107 (R\$79.339 em 31 de dezembro de 2011).

d. Reservas de lucros

Reserva legal

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R\$877.322.

e. Dividendo adicional proposto

Em 11 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do saldo de lucro do exercício em 31 de dezembro de 2011 ainda não destinado, no montante de R\$1.888.152, mais os dividendos e juros sobre capital próprio prescritos em 2011 no montante de R\$107.874 e menos outros resultados abrangentes no montante de R\$(42.997) que totalizam o valor de R\$1.953.029, prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 11 de abril de 2012.

A partir de 2 de maio de 2012, teve início o pagamento da primeira parcela no valor de R\$1.075.550 e o restante será pago até 21 de dezembro de 2012, em uma ou mais parcelas, em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.953.029.

Notas Explicativas

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Serviço de telefonia	8.970.289	11.898.968	19.762.532	17.296.700
Uso de rede	715.078	404.185	3.319.069	2.550.444
Dados e SVAs	3.879.953	3.748.169	10.537.699	7.525.157
Serviços de TV por assinatura	-	-	611.752	639.073
Outros serviços (a)	565.559	426.505	930.569	818.028
Venda de mercadorias e aparelhos	-	-	1.864.505	1.497.544
Receita operacional bruta	14.130.879	16.477.827	37.026.126	30.326.946
ICMS	(2.713.968)	(3.557.873)	(7.446.757)	(6.201.977)
PIS e COFINS	(504.046)	(591.801)	(1.508.973)	(1.256.861)
ISS	(16.510)	(17.820)	(32.917)	(35.057)
Descontos e devoluções	(1.262.196)	(1.029.248)	(3.016.396)	(2.304.406)
Deduções da receita operacional bruta	(4.496.720)	(5.196.742)	(12.005.043)	(9.798.301)
Receita operacional líquida	9.634.159	11.281.085	25.021.083	20.528.645

- (a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura da Vivo, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 foram de R\$32.663 e R\$26.564, respectivamente (nota 24).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

24. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Depreciação e amortização	(1.570.132)	(1.278.460)	(3.045.182)	(2.565.290)
Pessoal	(201.125)	(181.229)	(358.841)	(278.993)
Interconexão	(2.466.151)	(3.514.553)	(3.037.526)	(3.396.340)
Serviços de terceiros	(1.215.702)	(1.206.858)	(2.416.748)	(2.023.427)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(35.218)	(281.166)	(665.496)	(626.551)
Impostos, taxas e contribuições	(126.579)	(156.694)	(1.278.526)	(856.220)
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1)	(72.656)	(60.927)	(122.054)	(88.763)
Outros	(34.378)	(36.299)	(65.899)	(86.891)
Total de custos dos serviços prestados	(5.721.941)	(6.716.186)	(10.990.272)	(9.922.475)
Custo das mercadorias vendidas			(1.293.443)	(896.015)
Total	(5.721.941)	(6.716.186)	(12.283.715)	(10.818.490)

- (a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura da Vivo, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 foram de R\$32.663 e R\$26.564, respectivamente (nota 23).
- (b) No primeiro semestre de 2012, a Companhia reverteu provisão junto ao departamento de Estradas de Rodagens (DER) referente ao uso de faixas de domínio em rodovias no montante de R\$244.462.

Notas Explicativas**25. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Depreciação e amortização	(356.641)	(102.166)	(697.847)	(473.390)
Pessoal	(343.147)	(366.635)	(1.003.319)	(725.290)
Serviços de terceiros	(1.266.117)	(1.342.505)	(3.287.608)	(2.505.705)
Provisão para redução ao valor recuperável (nota 5)	(211.155)	(229.249)	(507.740)	(369.073)
Aluguéis/seguros/condomínio	(7.622)	(7.834)	(87.439)	(51.018)
Publicidade e propaganda	(133.435)	(167.752)	(653.641)	(488.412)
Doações e patrocínios	-	-	(199.189)	(171.248)
Outros	(26.696)	(10.260)	(91.535)	(59.551)
Total	(2.344.813)	(2.226.401)	(6.528.318)	(4.843.687)

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Depreciação e amortização	(43.718)	(51.079)	(312.768)	(225.057)
Pessoal	(204.475)	(188.623)	(478.284)	(387.390)
Serviços de terceiros	(256.547)	(179.414)	(647.306)	(439.984)
Aluguéis/seguros/condomínios	(27.547)	(15.944)	(133.073)	(75.965)
Outros	2.569	(9.736)	(33.023)	(49.077)
Total	(529.718)	(444.796)	(1.604.454)	(1.177.473)

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Multas e despesas recuperadas	129.733	161.102	289.822	256.764
Doações e patrocínios	(5.249)	(7.213)	(5.249)	(7.213)
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(318.676)	(182.618)	(466.478)	(254.061)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (a)	(12.052)	82.237	411.974	105.237
Serviços técnicos administrativos	24.169	29.582	20.213	24.895
Outras receitas (despesas)	8.027	(22.583)	(59.277)	(2.574)
Total	(174.048)	60.507	191.005	123.048
Outras receitas operacionais	227.262	375.169	925.684	640.495
Outras despesas operacionais	(401.310)	(314.662)	(734.679)	(517.447)
Total	(174.048)	60.507	191.005	123.048

- (a) Os valores consolidados incluem: i) em 30 de setembro de 2012, o montante de R\$431.978 (líquido dos valores residuais), referente às operações para alienação de 1.424 torres de transmissão não estratégicas de propriedade da Vivo e ii) em 30 de setembro de 2011, os montantes de R\$39.646 e R\$64.015 (líquidos dos valores residuais), referente às operações para alienação de torres de transmissão não estratégicas de propriedade da Vivo e da Companhia, respectivamente.

Notas Explicativas**28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	53.696	102.648	183.225	257.060
Ganho com operações de derivativos	76.945	111.287	173.810	186.580
Juros ativos	115.670	49.856	147.067	88.506
Variações monetárias/cambiais ativas	134.110	125.895	257.083	182.048
Outras receitas financeiras	18.216	17.674	71.139	93.539
	398.637	407.360	832.324	807.733
Despesas financeiras				
Juros passivos	(254.948)	(143.317)	(457.781)	(329.266)
Perdas com operações de derivativos	(51.882)	(106.185)	(75.941)	(107.193)
Variações monetárias/cambiais passivas	(127.718)	(150.105)	(311.206)	(241.679)
Outras despesas financeiras	(39.751)	(39.908)	(152.989)	(175.781)
	(474.299)	(439.515)	(997.917)	(853.919)
Resultado financeiro, líquido	(75.662)	(32.155)	(165.593)	(46.186)

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações contábeis são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 30 de setembro de 2012 e 2011.

	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	30.09.11	30.09.12	30.09.11
Lucro antes de impostos	3.224.011	3.141.021	4.630.008	3.765.857
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.096.164)	(1.067.947)	(1.574.203)	(1.280.391)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	828.252	414.449	-	-
Despesas de juros sobre o capital próprio	-	425.000	-	425.000
Dividendos prescritos	(21.196)	(5.613)	(21.196)	(5.613)
Diferenças temporárias de controladas	-	-	(57.183)	(52.223)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e dividendos recebidos	(1.550)	(14.877)	(48.076)	2.305
Amortização ágio – troca de ações Telemig e Telemig				
Participações	45.726	-	45.726	30.484
Outras adições (exclusões)	244	1.367	2.855	14.507
Total geral (IRPJ + CSLL)	(244.688)	(247.621)	(1.652.077)	(865.931)
Taxa efetiva	8%	8%	36%	23%
IRPJ e CSLL corrente	-	(226.245)	(1.116.490)	(775.088)
IRPJ e CSLL diferido	(244.688)	(21.376)	(535.587)	(90.843)

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, os valores relativos à movimentação dos ativos e passivos diferidos, totalizam R\$252.732 e R\$544.992 na controlada e consolidado, respectivamente, líquidos de outros movimentos.

Notas Explicativas

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.2.

30. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação nos períodos. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes à potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação da Companhia para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011:

	30.09.12	30.09.11
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas:	2.979.323	2.893.400
Ordinários	948.558	916.077
Preferenciais	2.030.765	1.977.323
Número de Ações:	1.123.529	861.916
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	381.339	290.967
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	742.190	570.949
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	2,49	3,15
Ações preferenciais	2,74	3,46

31. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS

Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas consolidadas estão detalhados abaixo:

Empresa	Natureza da transação	30.09.12					
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Custos de despesas
Atento Brasil S. A.	a) / b) / c)	10.429	-	228.038	1.295	41.661	(825.263)
Media Networks Latin	d) / e)	1.202	-	7.211	-	161	(6.418)
SP Telecomunicações Participações Ltda.	f)	2	-	164.452	-	-	(4.631)
Telefónica Del Peru	d)	4.072	-	45	-	733	1.972
Telefonica Engenharia de Segurança do Brasil Ltda.	a) / g)	2.226	293	2.824	8	1.730	(5.342)
Telefonica Global Aplicaciones	h)	-	-	5.629	-	-	(1.877)
Telefonica Global Technology	i)	1.485	-	10.878	-	183	(7.586)
Telefónica Internacional S.A.	f) / h)	145	17.232	264.311	-	6	42.663
Telefónica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / j)	1.328	22	48.858	305	6.941	(91.516)
Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha	j) / n)	8.545	-	5.186	-	14.875	(10.393)
Telefónica S. A.	f)	52	-	251.426	-	3.509	(107.793)
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	a) / k)	16.639	1.113	17.283	1.513	4.266	(70.420)
Telefónica Transportes e Logística Ltda.	b) / l)	214	10	31.373	315	809	(64.102)
Terra Networks Brasil S. A.	a) / m)	9.673	21	1.995	291	5.420	(4.164)
Outras	a) / d) / o)	30.361	98	21.066	132	7.213	(3.751)
Total		86.373	18.789	1.060.575	3.859	87.507	(1.158.621)

Notas Explicativas

Empresa	Natureza da transação	31.12.11				30.09.11	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Custos de despesas
Atento Brasil S. A.	a) / b) / c)	14.720	-	186.692	338	11.387	(266.431)
Media Networks Latin	d) / e)	1.143	151	6.329	-	-	(5.810)
SP Telecomunicações Participações Ltda.	f)	4	-	126.283	-	-	(1.950)
Telefônica Del Peru	d)	10.663	-	61	700	(703)	(1.723)
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil Ltda.	a) / g)	2.036	287	5.747	210	720	(4.381)
Telefonica Global Aplicaciones	h)	-	-	3.753	-	-	-
Telefonica Global Technology	i)	1.357	-	1.739	-	808	(3.208)
Telefônica Internacional S. A.	f) / h)	221	17.022	201.856	-	(839)	(819)
Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / j)	2.131	22	29.080	505	1.492	(25.589)
Telefônica Internacional Wholesale Services Espanha	j) / n)	6.057	-	3.402	-	1.998	(4.060)
Telefônica S. A.	f)	482	1.591	172.229	-	(2.685)	(44.500)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	a) / k)	16.690	932	10.715	2.976	1.841	(24.386)
Telefônica Transportes e Logística Ltda.	b) / l)	163	-	36.610	144	-	(31.676)
Terra Networks Brasil S. A.	a) / m)	9.505	16	1.100	-	1.158	(616)
Outras	a) / d) / o)	33.013	193	24.619	103	4.801	5.416
Total		98.185	20.214	810.215	4.976	19.978	(409.733)

- a) Serviços de telefonia fixa e móvel: serviços de telecomunicações fixa e móvel prestados as empresas do Grupo da Telefônica;
- b) Aluguel de prédios e vendas de ativos de call center: aluguel de prédios próprios onde está instalada a infraestrutura de *call center* e venda de bens do ativo imobilizado utilizado para a operação do *call center* para a empresa Atento Brasil S.A. e Telefônica Transportes e Logística (antiga Cobros);
- c) Serviço de suporte de centro de tele-atendimento, cobrança, backoffice e promotores de vendas: prestados pela Atento Brasil S.A.;
- d) Gastos Repercutidos: são repassados à Companhia pela Media Networks Latin e Telefônica Del Peru, conforme contrato entre as parte;
- e) Prestação de Serviço TV Digital: prestados pela Media Networks Latin;
- f) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: efetuado para SP Telecomunicações, Telefonica Internacional S.A. e Telefônica S.A.;
- g) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança: prestados pela Telefônica Engenharia e Segurança do Brasil Ltda.;
- h) Prestação de serviços corporativos: são repassados, pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- i) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas: prestados pela Telefônica Global Technology;
- j) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de roaming: prestados pela Telefônica Internacional Wholesale Brasil e Telefônica Internacional Wholesale Services S.L.;
- k) Serviços de gestão administrativa: serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos-humanos prestados pela Telefonica Serviços Empresariais do Brasil;
- l) Serviços de operador logístico, mensageria e motoboy: prestados pela empresa Telefônica Transportes e Logística (antiga Cobros);
- m) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz: prestados pela Terra Networks Brasil S.A.;

Notas Explicativas

- n) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas: prestados para as empresas Telefônica International Wholesale Services S.L;
- o) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional: prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefônica;

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 foi de aproximadamente R\$11.745 (R\$8.452 em setembro de 2011). Destes montantes, R\$10.705 (R\$6.179 em setembro de 2011) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$1.040 (R\$2.273 em setembro de 2011) a remuneração variável.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

32. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

- a) Plano de direitos sobre ações da Telefônica S.A.: "*Performance Share Plan*" ou "*PSP*"

Em 30 de junho de 2011 e 2012 ocorreram os vencimentos do terceiro e quarto ciclos, respectivamente, deste plano de incentivos que tiveram as seguintes ações máximas atribuídas aos executivos da Companhia e suas subsidiárias:

	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
3º ciclo 1º de julho de 2008	186.186	8,39	30 de junho de 2011
4º ciclo 1º de julho de 2009	130.362	8,41	30 de junho de 2012

Após o vencimento do terceiro ciclo do plano, no mês de julho de 2011 foram entregues ao total de executivos da Companhia e suas subsidiárias que estavam incluídos nesses ciclos, um montante de 189.763 ações.

Para o quarto ciclo do plano não haverá entrega de ações para os executivos da Companhia e suas subsidiárias decorrente do não cumprimento da condição de mercado pela evolução do *Total Shareholder Return* (TSR) da Telefônica ter sido inferior ao do terceiro quartil do Grupo de comparação. Os valores provisionados referente ao quarto ciclo foram reembolsados para o controlador para cobrir os custos da opção da ação feitos na data da constituição do plano.

- b) Plano global de direitos sobre ações da Telefônica S.A.: "*Global Employee Share Plan*" ou "*GESP*"

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou a segunda edição do plano de compra incentivada de ações da Telefônica, S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefônica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias, com as mesmas características e condições apresentadas no plano anterior e que também terá uma duração total prevista no Plano de dois anos.

Notas Explicativas

Em 1º de setembro de 2012 ocorreu o vencimento do primeiro plano iniciado em agosto de 2010, onde foi entregue um montante de 55.863 ações aos 991 participantes que atenderam as condições de direito do plano até esta data.

A Companhia e suas controladas registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações, nos trimestres encerrados em 30 de setembro de 2012 e 2011:

<u>Planos</u>	<u>30.09.12</u>	<u>30.09.11</u>
PSP	7.372	9.547
PIP	2.927	-
GESP	3.152	1.697
Total	13.451	11.244

33. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica S.A.

Os ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limites máximos de indenização</u>
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	1.095.420
Responsabilidade civil geral (RCG)	31.740
Seguro Garantia ANATEL	24.655

34. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

<u>Plano</u>	<u>Tipo ^(a)</u>	<u>Entidade</u>	<u>Patrocinador</u>
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil e Vivo solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA/PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefônica Brasil e Vivo solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil S.A.	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Vivo
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	A. Telecom, Telefônica Data, Telefônica Brasil, Vivo e VisãoPrev Companhia de Previdência Complementar
CELPREV	Híbrido	VisãoPrev (b)	Vivo

^(a) BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos, como contribuições definidas.

^(b) Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB ; iv) PBS-Telefônica, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

A Companhia e suas controladas patrocinam, individualmente, os planos de benefícios definidos de aposentadoria: PBS Telesp, PBS Telesp Celular, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Telemig Celular, administrados pela Visão Prev, o qual atende, aproximadamente, 0,14% dos empregados da Companhia. A Companhia e suas controladas participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), custeado de forma solidária. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas de previdência complementar em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme discriminado abaixo:

<u>Plano</u>	<u>%</u>
PBS Telesp	6,82
PBS Telesp Celular	7,16
PBS Tele Sudeste Celular	6,64
PBS Telemig Celular	6,11
PAMA	1,50

Para os demais empregados da Companhia e suas controladas, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão Telesp, e para os empregados da Vivo há um plano individual de contribuição definida, o Plano Vivo Prev, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Telefônica Brasil e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e suas controladas para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário para os participantes da Telefônica Brasil, e de 2% a 8% do salário para os participantes da Vivo, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros e o retorno esperado dos ativos dos planos são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

O passivo atuarial registrado pela Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

Plano	Controladora		Consolidado	
	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
CTB	33.658	34.615	33.658	34.615
PAMA	273.609	256.563	291.631	273.373
PBS	-	-	904	905
VIVO PREV	-	-	1.616	-
Total	307.267	291.178	327.809	308.893

Para os planos superavitários, os ativos atuariais líquidos foram registrados pela Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, no grupo de outros ativos (nota 10).

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que serão realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros consolidados em 30 de setembro de 2012.

	Controladora						
	Valor justo		Custo amortizado		Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Ativos Financeiros	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Empréstimos e recebíveis				
Circulante							
Caixa e equivalentes a caixa (nota 4)	-	-	2.822.146	-	2.822.146	2.822.146	
Operações com derivativos	13	-	-	13	13	13	
Não Circulante							
Participações Societárias	-	-	-	-	23.438	23.438	
Operações com derivativos	-	57.933	-	57.933	57.933	57.933	
Total de ativos financeiros	13	57.933	2.822.146	57.946	2.903.530	2.903.530	

Notas Explicativas

	Controladora					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	6.108	411.511	-	6.108	417.619	417.619
Debêntures (nota 17)	5.913	135.421	-	5.913	141.334	141.334
Operações com derivativos	-	-	9.810	9.810	9.810	9.810
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	307.644	696.806	-	307.644	1.004.450	1.004.450
Debêntures (nota 17)	92.468	2.709.625	-	92.468	2.802.093	2.802.093
Operações com derivativos	-	-	3.669	3.669	3.669	3.669
Total de passivos financeiros	412.133	3.953.363	13.479	425.612	4.378.975	4.378.975

	Consolidado					
	Valor justo	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total valor contábil	Total valor justo
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes a caixa (nota 4)	-	-	6.739.949	-	6.739.949	6.739.949
Operações com derivativos	62	1.666	-	1.728	1.728	1.728
Não Circulante						
Participações Societárias	-	-	-	-	23.438	23.438
Operações com derivativos	-	316.563	-	316.563	316.563	316.563
Total de ativos financeiros	62	318.229	6.739.949	318.291	7.081.678	7.081.678

	Consolidado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	36.260	881.900	-	36.260	918.160	918.160
Debêntures (nota 17)	5.913	135.421	-	5.913	141.334	141.334
Operações com derivativos	139	-	31.537	31.676	31.676	31.676
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	1.308.877	2.956.544	-	1.308.877	4.265.421	4.265.421
Debêntures (nota 17)	92.468	2.709.625	-	92.468	2.802.093	2.802.093
Operações com derivativos	-	-	41.854	41.854	41.854	41.854
Total de passivos financeiros	1.443.657	6.683.490	73.391	1.517.048	8.200.538	8.200.538

Participações Societárias

A Companhia possui participações societárias de forma direta e indireta, oriundas do processo de privatização. Tais investimentos, avaliados a valor de mercado, consideram a última cotação de 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

O quadro a seguir apresenta a composição das participações societárias a valor de mercado em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	30.09.12	31.12.11
Zon Multimédia (a)	-	9.117
Outros investimentos	23.438	28.718
Total	23.438	37.835

(a) Em 8 de maio de 2012, a Companhia alienou as 1.618.652 ações ordinárias, representativas de 0,52% do capital social (com direito a voto) da Zon Multimédia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A..

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3.

Conforme permitido pelo CPC 37, a Companhia e suas controladas não divulgaram informações comparativas da hierarquia do valor justo e divulgações de liquidez.

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e suas controladas administram sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Política de Gestão de Riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e suas controladas são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012, 19,1% (19,3% em 31 de dezembro de 2011) da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas contratam operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.556.303 em 30 de setembro de 2012 e R\$1.198.483 em 31 de dezembro de 2011). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$ 10.447 e €4.430 a pagar em 30 de setembro de 2012 e US\$13.917 e €17.818 a pagar em 31 de dezembro de 2011) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial* e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. A TJLP foi reduzida para 5,5% a.a. a partir de julho de 2012.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$6.707.236 (R\$2.862.938 em 31 de dezembro de 2011), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e a Vivo possuíam contratos de financiamento em vigor, com cláusulas restritivas (*covenants*) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas, que devem ser apuradas semestral e anualmente e que poderiam antecipar as exigibilidades dos passivos, foram totalmente observadas e todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

Notas Explicativas

As debêntures da 1ª e 4ª emissão da Vivo Part., assumidas pela Companhia em 19 de agosto e 28 de setembro 2011, respectivamente, possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente e cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de aut falência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos e todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 17, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são efetuados diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia e suas controladas monitoram constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limita o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Na modalidade de telefonia móvel, a base de clientes é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 30 de setembro de 2012, a carteira de clientes da Companhia e suas controladas não apresentavam registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture indexada ao IPCA com prazo mais curto. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (“*hedged*”).

A Companhia e suas controladas mantêm controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 30 de setembro de 2012, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting*.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Indexador	Consolidado				Efeito acumulado	
		Valor de referência (nacional)		Valor justo		Valor a receber (a pagar)	
		30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11	30.09.12	31.12.11
Contratos de swaps							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira (a)							
		1.325.079	1.106.438	1.636.664	1.248.514	298.792	212.262
Citibank	USD	181.230	187.845	215.879	199.872	39.549	32.219
Votorantim	USD	7.744	13.434	9.192	14.028	-	-
Banco do Brasil	USD	258.900	258.900	320.072	282.205	38.494	19.629
Bradesco	USD	414.710	196.728	506.649	231.391	80.145	43.137
Itaú	USD	19.288	6.324	19.339	6.371	-	57
JP Morgan	USD	443.207	443.207	565.533	514.647	140.604	117.220
Moeda estrangeira (b)							
		12.677	44.098	12.724	43.059	61	-
Bradesco	EUR	-	13.828	-	13.773	-	-
Itaú	EUR	12.285	30.270	12.330	29.286	61	-
Santander	EUR	392	-	394	-	-	-
Índices de inflação							
		72.000	72.000	98.380	87.390	19.438	15.513
Itaú	IPCA	72.000	72.000	98.380	87.390	19.438	15.513
Taxa pós (c)							
		6.081	4.644	6.068	4.638	-	-
Bradesco	CDI	-	896	-	899	-	-
Itaú	CDI	-	3.748	-	3.739	-	-
Santander	CDI	6.081	-	6.068	-	-	-
Ponta Passiva							
Taxa pós (a)							
		(1.337.755)	(1.150.536)	(1.422.489)	(1.204.745)	(71.953)	(125.435)
Citibank	CDI	(181.230)	(187.845)	(183.638)	(186.324)	(7.307)	(18.672)
Votorantim	CDI	(7.744)	(13.434)	(20.980)	(34.139)	(11.789)	(20.111)
Banco do Brasil	CDI	(258.900)	(258.900)	(281.577)	(262.576)	-	-
Santander	CDI	(392)	-	(393)	-	-	-
Bradesco	CDI	(414.710)	(210.556)	(461.503)	(230.901)	(34.999)	(28.874)
Itaú	CDI	(31.572)	(36.594)	(31.726)	(36.753)	(118)	(1.153)
JP Morgan	CDI	(443.207)	(443.207)	(442.672)	(454.052)	(17.740)	(56.625)
Taxa pós (b)							
		(72.000)	(72.000)	(80.507)	(75.926)	(1.565)	(4.049)
Itaú	IPCA	(72.000)	(72.000)	(80.507)	(75.926)	(1.565)	(4.049)
Moeda estrangeira (c)							
		(6.081)	(4.644)	(6.079)	(4.685)	(12)	(47)
Bradesco	USD	-	(896)	-	(937)	-	(38)
Itaú	USD	-	(3.748)	-	(3.748)	-	(9)
Santander	USD	(6.081)	-	(6.079)	-	(12)	-
						318.291	227.775
						(73.530)	(129.531)
						244.761	98.244

a) *Swaps* de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$1.606.642) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R\$1.556.303)

b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R\$32.591 – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 27 de novembro de 2012, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e em Dólar (valor contábil de R\$21.214 em dólar e R\$11.632 em Euro).

c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$98.380) – operações de *swap* contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R\$98.380).

Notas Explicativas

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 30 de setembro de 2012:

Contrato de <i>swap</i>	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em 30.09.12
	2012	2013	2014	2015 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(3.560)	7.871	10.687	211.902	226.900
VOTORANTIM	-	(8.120)	(3.669)	-	(11.789)
BRDESCO	(1.641)	(11.963)	(12.548)	71.298	45.146
JP MORGAN	-	(7.175)	(10.565)	140.604	122.864
BANCO DO BRASIL	-	38.494	-	-	38.494
CITIBANK	(1.862)	(3.365)	37.469	-	32.242
ITAÚ	(57)	-	-	-	(57)
CDI x Moeda Estrangeira	(12)	-	-	-	(12)
SANTANDER	(12)	-	-	-	(12)
IPCA x CDI	(1.565)	238	19.200	-	17.873
ITAÚ	(1.565)	238	19.200	-	17.873
Total	(5.137)	8.109	29.887	211.902	244.761

Para fins de preparação das ITRs, a Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, as operações de derivativos geraram resultados positivos consolidados de R\$97.869 e R\$79.387, respectivamente, conforme nota 28.

Em 30 de setembro de 2012 temos os saldos consolidados de R\$318.291 registrado no ativo e o saldo de R\$73.530 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Notas Explicativas

Como a Companhia e a Vivo possuem somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia e consolidado, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Controladora

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	329.263	412.287	495.628
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(329.262)	(412.286)	(495.627)
	Exposição Líquida	1	1	1
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco aumento EUR)	3.017	3.772	4.527
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco queda EUR)	(3.372)	(4.215)	(5.059)
	Exposição Líquida	(355)	(443)	(532)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	22.984	28.744	34.510
Contas a pagar em USD	Dívida (Risco aumento USD)	(22.728)	(28.410)	(34.092)
	Exposição Líquida	256	334	418
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	98.380	95.971	97.212
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(98.380)	(95.971)	(97.212)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (Ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(409.179)	(418.487)	(427.685)
	Exposição Líquida	(409.179)	(418.487)	(427.685)
Exposição líquida total em cada cenário		(409.277)	(418.595)	(427.798)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(9.318)	(18.521)

Notas Explicativas

Consolidado

Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	1.110.676	1.400.941	1.696.536
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(1.110.438)	(1.400.645)	(1.696.181)
	Exposição Líquida	238	296	355
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda EUR)	12.724	15.908	19.093
Contas a pagar em EUR	Contas a pagar EUR (Risco aumento EUR)	(11.378)	(14.223)	(17.067)
	Exposição Líquida	1.346	1.685	2.026
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	19.867	24.791	29.763
Contas a pagar em USD	Dívida (Risco aumento USD)	(21.214)	(26.518)	(31.822)
	Exposição Líquida	(1.347)	(1.727)	(2.059)
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	98.380	95.971	97.212
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(98.380)	(95.971)	(97.212)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	500.042	641.469	790.281
Dívida em UMBNDES	Dívidas (Risco aumento UMBNDES)	(497.647)	(638.469)	(786.626)
	Exposição Líquida	2.395	3.000	3.655
Hedge (Ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(1.534.692)	(1.603.049)	(1.676.860)
	Exposição líquida	(1.534.692)	(1.603.049)	(1.676.860)
em cada cenário		<u>(1.532.060)</u>	<u>(1.599.795)</u>	<u>(1.672.883)</u>
do valor justo atual		<u>-</u>	<u>(67.735)</u>	<u>(140.823)</u>

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
USD	2,0306	2,5383	3,0459
EUR	2,6256	3,2820	3,9383
IPCA	5,28%	6,60%	7,92%
CDI	7,36%	9,20%	11,04%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 30 de setembro de 2012, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de outubro de 2012, ocorreu a repactuação das debêntures da 1ª série da 4ª emissão da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de julho de 2012. O valor total repactuado foi de R\$93.150 e a Companhia resgatou as debêntures dissidentes no valor de R\$4.850 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

Notas Explicativas

Em 11 de outubro de 2012, pelo Ato nº 5.907 o Conselho Diretor da ANATEL decidiu, em relação ao edital de licitação da banda 4G (Edital da licitação nº 004/2012/PVCP/SPV – Anatel), homologar o uso de blocos de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter primário, nas subfaixas 2.550 a 2.570 MHz / 2.670 a 2.690 MHz, associadas às autorizações para exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP) a Vivo, bem como as demais radiofrequências na faixa de 2,5GHz às respectivas operadoras vencedoras dos lotes do citado leilão. Os termos de autorização destas faixas de radiofrequências foram assinados em 16 de outubro de 2012 e publicados no Diário Oficial da União (DOU) em 18 de outubro de 2012. Em 16 de outubro de 2012, foi pago, pela Vivo o montante de R\$ 105.000 (cento e cinco milhões de Reais), equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da outorga. Os valores restantes deverão ser pagos em até 12 meses, atualizados pela variação do IGP-DI (Índices Geral de Preços – Disponibilidade Interna da Fundação Getulio Vargas) ou em 6 parcelas iguais e anuais com vencimentos entre outubro de 2015 e outubro de 2020, atualizadas pela variação do IGP-DI mais juros simples de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor corrigido (nota 1.b2).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TELEFÔNICA BRASIL S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TELEFÔNICA BRASIL S.A. e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores comparativos do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de setembro de 2011, obtidas das Informações Trimestrais – ITR daquele trimestre, e as do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 07 de novembro de 2011 e 14 de fevereiro de 2012, respectivamente, sem qualquer modificação.

São Paulo, 5 de novembro de 2012.

DIRECTA AUDITORES
CRC Nº 2SP013002/O-3

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC Nº 1SP106895/O-1 "S"

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Correção da linha de linhas DF Consolidas